

AMILCAR DO ROSÁRIO LOPES ALMEIDA

**PLANO REAL E O COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO: ANÁLISE DA
BALANÇA COMERCIAL E OS IMPACTOS DA MUDANÇA DA POLÍTICA
CAMBIAL DE 1999**

**SALVADOR
2004**

AMILCAR DO ROSÁRIO LOPES ALMEIDA

**PLANO REAL E O COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO: ANÁLISE DA
BALANÇA COMERCIAL E OS IMPACTOS DA MUDANÇA DA POLÍTICA
CAMBIAL DE 1999**

Versão definitiva da monografia apresentada no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito final para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof^ª Celeste Maria Philigret Batista

SALVADOR
2004

Ficha catalográfica elaborada por

Almeida, Amílcar do Rosário Lopes

A447 Plano real e o comércio exterior brasileiro: análise da balança comercial e os impactos da mudança da política cambial de 1999/ Amílcar do Rosário Lopes Almeida. - Salvador, 2004.

59 p. ip.

Monografia (Graduação em Economia) UFBA, 2004.

Orientadora: Prof^a Celeste Maria Philigret Batista.

1.Comércio Exterior Brasileiro 2. Balança Comercial 3. Desvalorização Cambial de 1999 4. Substituição de Importações.

CDD 332.415

Amílcar do Rosário Lopes Almeida

Plano Real e o Comércio Exterior Brasileiro: Análise da Balança Comercial e os Impactos da Mudança da Política Cambial de 1999

Aprovada em Dezembro de 2004

Orientadora:

Prof^a Celeste Maria Philigret Baptista
Faculdade de Economia da UFBA

Prof. António Plínio Moura
Faculdade de Economia da UFBA

Prof. José Murilo Philigret Baptista
Faculdade de Economia da UFBA

Aos meus pais (Alcides e Maria Rosa) pelo incentivo, amor, dedicação, apoio e confiança.
Às minhas irmãs, que nos momentos difíceis sempre encontrei apoio.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não seria possível sem a participação direta e indireta de algumas pessoas. Por isso, dedico esse espaço para agradecê-las.

Agradeço a Deus por mais uma etapa vencida. À minha Orientadora professora Celeste, os meus sinceros sentimentos de eterna gratidão pela maneira como conduziu a orientação, pelas suas sugestões valiosas e pelo apoio moral.

Meus agradecimentos também aos colegas e amigos da faculdade, que me acompanharam nessa trajetória e que sempre me disseram uma palavra amiga nos momentos de dificuldade e solidão. Entre eles, aponto a importância de Luís Fernando Lobo, André, Isidoro, Anderson, Pedro, Antônio, Jocelino, Tiago, Kenys, Mariza, Ana Paula, e Roberto. Agradecimento especial à Sandra, a quem tanto incomodei para fazer e refazer os gráficos.

Meus agradecimentos a minha namorada Paula, pelo seu incentivo, compreensão, confiança e pela força nos momentos em que quis parar. Muito obrigado!

RESUMO

Este trabalho faz uma análise do comportamento da balança comercial brasileira no período de 1994 a 2003, dando uma ênfase maior aos impactos causados sobre o comércio exterior a partir da mudança da política cambial de 1999. De acordo com os dados da balança comercial, foi a partir de 1999 que o déficit comercial brasileiro começou a encolher (de US\$ -6.575 milhões em 1998 para US\$ -1.199 milhões em 1999) e conseguindo reverter em 2001 com superávit de US\$ 2.649 milhões. Desde então, a balança comercial vem apresentando grandes superávits, ajudando assim a reduzir o desequilíbrio externo, incentivando exportações e havendo em alguns anos queda considerável nas importações. Em razão disso, indagou-se até que ponto as mudanças ocorridas na composição da balança comercial do Brasil após desvalorização cambial de 1999 podem ser consideradas como resultado do processo de substituição de importações. Tentando obter maiores informações acerca da indagação feita, este estudo fez análise do comportamento dos índices de preços e *quantum* das exportações, tanto por classes de produtos quanto por categorias de uso e também dos índices de preços e *quantum* das importações por categorias de uso, e, sobretudo uma abordagem dos dados que relacionam a produção física industrial e os índices de *quantum* das importações por setores após a mudança do regime cambial de 1999. A resposta à indagação levantada conduziu à hipótese de que, no período de análise do estudo (1999 a 2003), o processo de substituição das importações não foi responsável pela mudança na composição da balança comercial após 1999, pois, segundo a conclusão a que se chegou, a substituição de importações não foi consistente e nem generalizada. A substituição aconteceu de forma generalizada somente no setor de refino de petróleo. Além do mais, este trabalho analisou os coeficientes de penetração de importações, e não se confirma a hipótese de uma substituição de importações generalizada.

Palavras chave: Comércio Exterior Brasileiro; Balança Comercial; Desvalorização Cambial de 1999; Substituição de Importações.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	07
2	TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL, CÂMBIO E BALANÇA COMERCIAL.....	09
2.1	LEI DAS VANTAGENS COMPARATIVAS.....	09
2.2	MODELO CLÁSSICO DE COMÉRCIO.....	10
2.3	TEORIA NEOCLÁSSICA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL: MODELO HECHSCHER-OHLIN.....	12
2.4	CÂMBIO E BALANÇA COMERCIAL.....	14
2.5	CUSTOS E BENEFÍCIOS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL.....	17
3	BALANÇA COMERCIAL NO PERÍODO PRÉ-REAL.....	19
	ANÁLISE HISTÓRICA DA DÍVIDA EXTERNA/INTERNA BRASILEIRA.....	19
	CRISE DA DÍVIDA EXTERNA, AJUSTE EXTERNO E AS LIMITAÇÕES AO AJUSTE BRASILEIRO.....	21
3.2.1	Queda de preços internacionais de commodities.....	22
3.2.2	Dificuldades para a substituição de importações espontânea.....	23
3.2.3	O peso do passivo externo.....	24
3.3	BALANÇA COMERCIAL ANTES DO PLANO REAL.....	25
3.4	ABERTURA COMERCIAL DA ECONOMIA BRASILEIRA.....	27
4	PLANO REAL E OS IMPACTOS NA BALANÇA COMERCIAL.....	29
	FUNDAMENTOS TEÓRICOS E A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO.....	29
	AS FASES DE IMPLEMENTAÇÃO DO REAL.....	30
	POLÍTICA CAMBIAL E BALANÇA COMERCIAL.....	32
4.3.1	Sobrevalorização do Câmbio e Balança Comercial.....	32
4.3.2	Desvalorização Cambial e Balança Comercial.....	35
4.3.2.1	<u>Análise dos Índices de Preço e <i>Quantum</i> das Exportações e Importações após a Desvalorização Cambial (1999/2003).....</u>	<u>39</u>
4.3.3	Coefficientes de Penetração de Importações.....	52
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
	REFERÊNCIAS.....	58

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da década de 90 são vários os acontecimentos marcantes na economia brasileira. Dentre os mais importantes destacam-se a abertura da economia a partir de 1990, a implementação do Plano Real em 1994, a deterioração do comércio externo a partir do segundo semestre de 1994 – constatada pelo desaparecimento dos superávits conseguidos antes, e, finalmente, a desvalorização cambial (a partir de 1999). No entanto, o foco principal deste trabalho concentra-se na análise do comportamento da balança comercial no período 1994 - 2003.

Mesmo com a implementação do Plano Real, observa-se ainda, em 1994, um saldo comercial anual da ordem de US\$ 10.466 milhões, dando seqüência aos bons resultados conseguidos na década de 80 e início da década de 90. A partir de 1995, o que se viu foi uma reversão acentuada no comportamento da balança comercial, através de saldo negativo (US\$ 3.466 milhões). A partir de então, os superávits desapareceram e começou-se a verificar sucessivos déficits e conseqüentemente uma deterioração do comércio exterior brasileiro (1995/2000). Segundo estudo realizado por Damasceno (2002), os principais fatores que estão por trás dessa reversão dizem respeito ao aprofundamento da abertura da economia a partir de 1994 e à sobrevalorização da moeda.

A balança comercial voltou a apresentar resultados positivos a partir de 2001 (US\$ 2.649 milhões) que perduram até os dias de hoje. Os saldos têm um comportamento ascendente atingindo US\$ 24.824 milhões em 2003. É de realçar que estes resultados positivos verificaram-se, principalmente, graças ao bom desempenho das exportações, que responderam intensamente às desvalorizações verificadas e continuaram a crescer aproveitando-se de um cenário internacional favorável.

Diante das questões levantadas, este trabalho tem por objetivo analisar a evolução do saldo comercial desde a implementação do Plano Real até o ano de 2003. Foram analisados os desempenhos dos índices de preços e *quantum* das exportações e importações, bem como o comportamento da produção física industrial, tendo em vista, particularmente, os resultados após a mudança da política cambial em 1999, objetivando averiguar evidências de

substituição de importações. Este é o objetivo principal do trabalho. Os dados utilizados foram coletados principalmente em bancos de dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC/Secex), da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX) e do Instituto Brasileira de Geografia e Estatística (IBGE).

Os motivos que justificam o desenvolvimento deste trabalho podem ser divididos em pessoais e técnicos. A intenção inicial era realizar um trabalho sobre o comércio exterior de Cabo Verde (ex – colônia de Portugal, que fica na margem Oriental do Oceano Atlântico), mais precisamente sobre a sua balança comercial – por ser o autor oriundo de lá. Mas devido a dificuldades de várias ordens não se pode realizar o desejo. No entanto, não é descartada a possibilidade de fazê-lo num futuro próximo, a fim de entender melhor os problemas sócio-econômicos que o país vive. Por isso tomou-se a decisão de trabalhar com o comércio exterior brasileiro.

Com relação à justificativa técnica, um estudo sobre o comportamento da balança comercial se aplica pelo fato de sua grande importância, pois, como se sabe, o comportamento da balança comercial muitas vezes é um fator que influencia o crescimento econômico e os investimentos, além de afetar o nível de emprego e influenciar a renda nacional.

O trabalho está estruturado em cinco capítulos incluindo esta introdução. No segundo capítulo faz-se a revisão da bibliografia do quadro referencial teórico, destacando as principais teorias do comércio internacional e também as relações entre variações na taxa de câmbio e os efeitos sobre a balança comercial. No terceiro capítulo é feita uma análise histórica da balança comercial durante a década de 90, com o objetivo de destacar o processo de abertura da economia. No quarto capítulo são analisados os impactos das políticas adotadas no Plano Real. Finalmente, no capítulo quinto foram expostas as conclusões extraídas do trabalho.

2 TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL, CÂMBIO E BALANÇA COMERCIAL

Este capítulo faz uma revisão bibliográfica do quadro referencial teórico, com o objetivo de descrever e analisar a importância do comércio exterior no desenvolvimento das economias e os benefícios advindos deste comércio, fatos amplamente abordados na literatura, desde a teoria das vantagens comparativas de David Ricardo até as modernas teorias do comércio.

2.1 LEI DAS VANTAGENS COMPARATIVAS

Esta sessão tem como objetivo analisar a lei das vantagens comparativas, salientando os motivos que levam os países a entrarem no comércio e como são determinados os padrões de comércio (quem vende o que para quem).

O estudo do comércio internacional é, de certa forma, muito complexo. Para sua compreensão faz-se necessário conhecer alguns conceitos básicos como o de vantagens comparativas ou relativas, introduzido inicialmente, pelo economista clássico David Ricardo no séc. XIX. Esse conhecimento é importantíssimo para entender como as diferenças entre países – que podem ser em função das condições climatológicas, riqueza mineral, tecnologia e quantidades disponíveis de mão-de-obra, terra e capital – definem os padrões de comércio, os ganhos do comércio e, conseqüentemente, a interdependência entre esses países, e como tais diferenças são úteis a partir do momento que cada país produz aquilo que faz relativamente bem.

Com base nisso, a essência da lei das vantagens comparativas está intimamente relacionada com o custo de oportunidade de cada bem comercializado entre os países no mercado internacional, ou seja, com o custo em termos de outros bens – que pode ser determinado pela produtividade relativa e/ou salários relativos - que se incorre ao optar por produzir o bem em questão. Considerando esse fundamento, “um país tem vantagens comparativas na produção de um bem se o custo de oportunidade da produção do bem em termos de outros bens é mais baixo que em outros países” (KRUGMAN; OBSTFELD, 2001, p.15), ou ainda, “em um mundo com mercados competitivos, o comércio ocorrerá e será benéfico sempre que houver diferenças internacionais nos custos relativos de produção” (KENEN, 1998, p.22).

Diante disso, quando cada país se especializa e produz somente aqueles bens nos quais se verifica vantagens comparativas, então o comércio internacional desses bens permitirá benefícios mútuos aos países que os comercializam e ainda promoverá um aumento da produtividade mundial e do nível de renda per capita da população. Ou seja, proporciona ganhos de bem – estar. Desvendando assim, a essência das vantagens comparativas para o comércio internacional, cabe uma citação de Samuelson (1998, p.1025) :

Os países especializar-se-ão na produção de mercadorias em que são mais produtivos. O princípio da vantagem comparativa mostra que a especialização beneficiará todos os países, mesmo quando um deles é em absoluto mais eficiente na produção de todos os bens. Se os países se especializarem em produtos nos quais têm vantagens comparativas (ou maior eficiência relativa) então o comércio beneficiará todos os intervenientes.

É de salientar, que não devem ser confundidos os conceitos vantagens comparativas e vantagens absolutas. A segunda, ao contrário da primeira, foi enunciada pelo economista Adam Smith como sendo a vantagem que a produção de certo bem, em determinado país, possui ao utilizar uma menor quantidade de fatores de produção comparado com a produção desse mesmo bem em outro país. Não é capaz de definir na economia internacional qual país deve se encarregar da produção do bem, apesar de ser um conceito que não pode ter sua relevância desconsiderada. Com tudo isso, não é útil para a determinação do padrão e dos ganhos do comércio, pois estes dependem das vantagens comparativas e não das absolutas. Em sendo assim, a vantagem comparativa é o conceito mais importante para a determinação do comércio internacional e de suas características.

2.2 MODELO CLÁSSICO DE COMÉRCIO

A teoria da vantagem comparativa foi elaborada por David Ricardo no início do século XIX, em substituição à teoria da vantagem absoluta. Na tese levantada por ele, é demonstrado que mesmo se dois países tiverem diferentes condições de oferta, o comércio será benéfico para ambas as nações que o praticam. E isso é consequência das diferenças tecnológicas (diferenças de produtividade do trabalho).

Se duas economias (“A” e “B”) produzem dois produtos, tecido e vinho por exemplo, sendo que a “A” emprega uma quantidade de trabalho L_v e L_t na produção de vinho e tecido, respectivamente, e a “B” para produzir as mesmas quantidades desses produtos emprega uma quantidade de trabalho L_v^* e L_t^* , para que seja possível o comércio benéfico entre essas

duas economias é necessário e suficiente que as quantidades relativas de trabalho para produzir vinho e tecido sejam distintas em cada nação.

No seu modelo, Ricardo assume que os salários reais (w) são idênticos dentro de cada economia, de modo que o custo de se produzir uma unidade de vinho no país “A” seria $L_v.w$ e o custo de se produzir uma unidade de tecido seria $L_t.w$, e no país “B” seria $L_v^*.w^*$ o custo de produzir uma unidade de vinho e $L_t^*.w^*$ uma unidade de tecido, o que significa dizer que os preços relativos no interior dessa economia dependem somente das quantidades de trabalho necessárias para a produção de cada bem. Ora, isso tem fortes implicações e significa dizer que as condições de oferta dentro de cada nação são representadas pelas quantidades relativas de trabalho necessárias para produzir vinho e tecido (L_v/L_t no país “A”), e dado que o salário é suposto constante, o estado da tecnologia em cada país depende exclusivamente das quantidades relativas de trabalho para produzir vinho e tecido, tendo como resultado o fato de que “o comércio internacional é estritamente o resultado das diferenças internacionais na produtividade do trabalho” (KRUGMAN; OBSTFELD, 1999, p.15).

A fim de provar como as vantagens comparativas determinam os padrões e ganhos de comércio, pode-se, através de um exemplo hipotético, ilustrar tal afirmativa. Supondo as seguintes hipóteses: existência de apenas dois países - A e B, que produzem somente duas mercadorias – trigo e tecido, e que a mão-de-obra é o único fator de produção.

Supondo que no país “ A ” é necessário 1 operário/ano para produzir 1200 kg de trigo e que é necessário 1 operário/ano para produzir 600 m de tecido, e que no país “ B ” são necessários 1 operário/ano para produzir 400 kg de trigo e 1 operário/ano para produzir 400 m de tecido, pode-se mostrar que o comércio é benéfico para ambos os países que o praticam e que cada país se especializará com base na produção do bem cuja vantagem comparativa é maior (onde sua vantagem absoluta é maior).

Do exemplo acima se pode concluir que os países têm estruturas de custo diferentes, visto que as quantidades relativas produzidas em ambas as mercadorias são distintas entre os países. É de salientar também que o país “ A ” supera “ B ” na produção de ambas as mercadorias, isto é, possui vantagem absoluta na produção de ambas as mercadorias. Todavia, possui vantagem comparativa na produção de trigo pelo fato de a vantagem absoluta ser maior.

Ambos os países se beneficiarão com o comércio, pois cada um se especializará de acordo com a produção do bem que tiver vantagem comparativa (país “ A ” se especializará na produção do trigo e país “ B ” na produção do tecido). (SILVA, 1985)

Portanto, o modelo clássico (Ricardiano) de comércio internacional trabalha com as seguintes hipóteses: comércio entre dois países e dois bens, existência de um único fator de produção e diferentes tecnologias em diferentes países. No entanto, fazendo uma relação com a realidade do comércio internacional conclui-se que esse modelo apresenta falhas, pois somente uma hipótese condiz com a realidade – diferentes tecnologias em diferentes países.

2.3 MODELO HECKSCHER – OHLIN

O modelo de Heckscher – Ohlin, também conhecido como modelo das proporções dos fatores, diferentemente do modelo de Ricardo que considera apenas as diferenças internacionais da produtividade de mão-de-obra como fonte das vantagens comparativas, trata do comércio entre os países levando em consideração a diferença entre dotação de fatores (recursos naturais) dos países que estão praticando o comércio. Segundo Krugman e Obstfeld (Op. Cit., p.69), esse modelo considera que:

As vantagens comparativas são influenciadas pela interação entre os recursos da nação (a abundância relativa dos fatores de produção) e a tecnologia da produção (que influencia a intensidade relativa com a qual fatores diferentes de produção são usados na produção de bens diferentes).

No modelo neoclássico Heckscher – Ohlin, o padrão de comércio internacional é determinado pela diferença na dotação relativa de fatores do país. O modelo, portanto, não admite o padrão de comércio determinado pelas distintas tecnologias relativas dadas de cada país como era analisado pelos clássicos. De acordo com o modelo Heckscher – Ohlin, o livre comércio proporciona a melhor alocação dos recursos e possibilita a maximização dos ganhos de comércio para a sociedade, estimulando a abertura dos países ao comércio internacional.

O modelo das proporções dos fatores trabalha com as seguintes hipóteses : dois fatores de produção, terra e mão de obra, por exemplo, dois bens (alimentos e tecidos, por exemplo), e a existência de dois países (local e estrangeiro). Portanto, diferentemente do modelo Ricardiano, que apresentava um único fator de produção, verifica-se a possibilidade de

variação na escolha dos insumos para a produção. Escolha que se baseará nos custos relativos de fatores de produção.

Dentro desse contexto, o custo de produção de determinado bem (no caso, igual ao preço do bem) depende dos preços dos seus insumos e da quantidade de cada insumo em particular, sendo que o principal determinante desse custo será o preço daquele insumo de uso mais intenso na produção do bem. Com base nisso, pode-se desenvolver uma relação entre os preços relativos de cada bem na economia, os preços dos fatores e a proporção de insumos utilizada na produção de cada bem.

Um outro ponto a ser destacado nesse modelo refere-se a variações nas quantidades de um dos fatores de produção da economia. Essa variação faz com que o bem não intensivo nesse insumo sofra uma variação em sentido contrário na sua produção, e transfira o insumo antes utilizado em sua produção para a produção do bem intensivo no fator variante; sendo a variação mais que proporcional à variação do fator, ocorrendo assim, uma expansão enviesada das possibilidades de produção em direção do bem intensivo no fator que sofreu variação. Nesse sentido, Krugman e Obstfeld afirmam que, “uma economia tende a ser relativamente eficaz na produção de bens que são intensivos no fator com o qual o país é relativamente bem dotado” (KRUGMAN ; OBSTFELD, 2001, p.77).

Este efeito enviesado dos recursos nas possibilidades de produção da economia é o que permite o entendimento desta que é a principal contribuição do modelo de Heckscher – Ohlin em relação ao modelo Ricardiano, de como as diferenças em recursos produtivos aumentam o comércio internacional. E ainda, que do ponto de vista dos padrões de comércio internacional, os países assumem o papel de exportadores dos “bens cuja produção é intensiva em fatores com os quais eles são favorecidos em abundância” (KRUGMAN; OBSTFELD, 2001, p.79), pois um país produz relativamente mais, aqueles bens que usam mais intensamente recursos no qual ele é abundante.

Diante do exposto, pode-se destacar um outro fato importante verificado com o auxílio do modelo, que é a convergência dos preços relativos dos bens e a equalização do preço dos fatores obtidos com o comércio, e a conseqüente mudança na distribuição de renda.

Na concepção de alguns autores esse modelo apresenta algumas falhas. Pois, na vida real é difícil observar a existência de equalização dos fatores de produção por causa das barreiras comerciais, diferenças de tecnologias, custos de transporte e outros. Outro aspecto que os autores chamam atenção e que contraria o modelo é que nem sempre o país tem condições de produzir os dois bens (como foi enunciado na hipótese), o que necessariamente levaria à especialização em um bem. Finalmente, uma outra questão diz respeito à consideração de que a tecnologia é a mesma nos dois países, o que é irreal, pois a economia mais desenvolvida dispõe também de tecnologia mais avançada e, conseqüentemente, possibilidade de ter maiores salários.

2.4 CÂMBIO E BALANÇA COMERCIAL

Este item tem como objetivo abordar os efeitos das variações na taxa de câmbio sobre a balança comercial.

Dentro de um mercado de bens fechado, muitas vezes as decisões dos consumidores é de poupar ou consumir. Mas quando os mercados de bens são abertos, os consumidores domésticos têm de enfrentar para além dessa decisão uma outra, comprar bens domésticos ou estrangeiros. Se eles decidem comprar mais bens domésticos, a demanda por esses bens aumenta e, conseqüentemente, a produção doméstica é pressionada. Caso a decisão seja comprar bens estrangeiros a pressão ocorrerá sobre as importações. O principal aspecto que influenciará nas decisões dos consumidores é o preço da moeda doméstica em termos de uma moeda estrangeira. Denomina-se esse preço relativo de taxa de câmbio.

Existem dois tipos de taxa de câmbio: taxa real de câmbio e taxa nominal de câmbio. A taxa real de câmbio pode ser expressa pela seguinte fórmula $E = c \cdot P_{\text{externos}} / P_{\text{internos}}$, onde “c” é a taxa de câmbio nominal. Sua determinação depende não só da paridade cambial, como também da relação entre os preços no exterior e os preços no mercado doméstico. Portanto, ela expressa o real poder de compra da moeda nacional em relação às moedas estrangeiras. É de salientar que a taxa real de câmbio constitui também um indicador que mede a competitividade de um país no comércio internacional. Em relação à taxa nominal de câmbio, ela mede o preço da moeda nacional em termos do preço de uma moeda estrangeira. Cabe uma definição esclarecedora:

[...] definirei a taxa nominal de câmbio como o número de unidades de moeda doméstica que se pode obter com uma unidade de moeda estrangeira ou, de maneira equivalente, como o preço da moeda estrangeira em termos da moeda doméstica [...] (BLANCHARD, 1999, p.195).

São distinguidos dois sistemas cambiais básicos: Os sistemas de taxas flexíveis e os de taxas fixas. Em um sistema de taxa de câmbio flexível, o Banco Central não atua sobre o mercado cambial e a determinação da paridade é feita pela entrada e saída de divisas no país. Entretanto, existe uma modalidade de regime cambial que combina flutuação (entrada e saída de moedas estrangeiras) com intervenção do Banco Central no mercado cambial, é a chamada flutuação suja ou câmbio administrado. Neste regime, a determinação dos termos de troca é dada pela livre entrada e saída de divisas e também, pela utilização dos mecanismos de intervenção do Banco Central descritos acima, de acordo com os objetivos políticos traçados. É de salientar que, sob flutuação suja, o Banco Central intervém comprando ou vendendo moeda estrangeira na tentativa de influenciar a taxa de câmbio.

No sistema de câmbio fixo, o Banco Central assume o compromisso de manter uma determinada paridade nos termos de troca da moeda nacional em relação à moeda estrangeira. Isto é, o Banco Central se compromete a comprar ou vender moeda estrangeira a um preço fixo. A entrada ou sangria de divisas deve ser controlada pela intervenção do Banco Central no mercado cambial, a fim de debelar as pressões por apreciação ou depreciação do câmbio². Quando há superávit no Balanço de Pagamentos, significa que está ocorrendo entrada líquida de divisas no país. Para que o Banco Central mantenha a paridade cambial, ele terá de comprar as divisas e acumular em suas reservas. Assim, ele estará evitando que a entrada de moedas estrangeiras possa provocar uma apreciação do câmbio. Ao contrário, quando ocorre uma drenagem de divisas para o exterior, em razão de déficit no balanço de pagamento, o Banco Central é obrigado a vender divisas mantidas em reservas, para conter a pressão pela depreciação do câmbio.

O exemplo a seguir ilustra a relação existente entre taxa de câmbio e balança comercial: supondo o comércio entre EUA e Japão, onde o dólar se deprecie em 5% com relação ao iene (depreciação nominal) e os níveis de preços no Japão e nos EUA permaneçam inalterados,

² Pode-se encontrar duas outras palavras para exprimir as variações das taxas de câmbio: valorização e desvalorização. Isso quando os países operam com taxas de câmbio fixas.

pode-se concluir que os bens norte-americanos ficaram 5% mais baratos em comparação com os bens japoneses (uma depreciação real).

Na sua análise a respeito dessa relação, Blanchard (1999, p.223) é bem claro ao afirmar que a depreciação real afeta a balança comercial por meio de três canais:

- 1 – X aumenta. A depreciação, que torna os bens dos EUA relativamente mais baratos no exterior, provoca o aumento da demanda estrangeira, e, assim, o aumento das exportações dos EUA ;
- 2 – Q diminui. Ao tornar os bens estrangeiros relativamente mais caros nos EUA, a depreciação impulsiona a demanda em direção aos bens domésticos, o que faz diminuir a quantidade de importações ;
- 3 – O preço relativo das importações, E, aumenta. Isto tende a aumentar a conta de importações, EQ. A mesma quantidade de importações custa agora mais caro para comprar.

Assim, para que haja uma melhoria no saldo da balança comercial após uma depreciação, as exportações têm de aumentar e as importações têm de diminuir o suficiente para compensar o aumento do preço das importações. Essa condição é conhecida como condição de Marshall – Lerner³.

2.5 CUSTOS E BENEFÍCIOS DO COMÉRCIO EXTERIOR

Dentre os benefícios do comércio exterior podemos ressaltar o aumento do bem estar social, o estímulo à inovação ao possibilitar a incorporação de insumos importados de tecnologias mais avançadas ao processo de produção, o incentivo à produção ao permitir a importação de insumos que possibilitem superar pontos de estrangulamento na estrutura produtiva e uma alocação mais eficiente de recursos, dentre outros.

Todavia, a incorporação destes benefícios irá depender do perfil da economia, uma vez que imperfeições de mercados – como externalidades tecnológicas, economias de escala estáticas e/ou dinâmicas, escassez de recursos necessários e baixa mobilidade de fatores – podem inviabilizar a assimilação, total ou parcial, daqueles benefícios. Além disso, conforme Gontijo (1998) demonstra, fatores como requisitos de importação e taxas de câmbio podem fazer com que a especialização em produtos intensivos no fator abundante levem a problemas crescentes na balança comercial.

³ O nome vem dos dois economistas que a estabeleceram: Alfred Marshall e Abba Lerner.

Por outro lado, o comércio internacional pode também implicar em custos para a economia, por exemplo, um aumento de déficits comerciais ou a redução da produção doméstica com quedas consideráveis do emprego e renda. Sendo assim, é importante analisar as questões inerentes ao processo para que a inserção no comércio exterior seja benéfica para a economia.

É necessário que a política comercial considere estes fatores inerentes à estrutura da economia e sua inserção no mercado internacional. A abertura ou liberalização indiscriminada sem uma política industrial que possibilite a capacitação da indústria nacional e a promoção do desenvolvimento tecnológico pode ter efeitos perversos para uma economia em desenvolvimento, podendo acabar por afastá-la ainda mais da fronteira tecnológica.

A atenção a questões como o estímulo ao investimento, à capacitação tecnológica e às exportações deve ser inerente ao processo. Os primeiros podem evitar uma redução significativa na produção e, portanto, nos níveis de emprego e renda, com efeitos indesejáveis. Já o estímulo às exportações possibilitará gerar as divisas necessárias para custear as importações, evitando que a economia incorra em déficits comerciais crescentes.

Uma observação importante a fazer em relação aos benefícios do comércio exterior, é que os benefícios não estão limitados somente ao comércio de produtos tangíveis, pois, existe outra forma pela qual o comércio pode ser mutuamente benéfico, como por exemplo, a migração internacional através do comércio de mão de obra.

3 BALANÇA COMERCIAL NO PERÍODO PRÉ – REAL

3.1 ANÁLISE HISTÓRICA DA DÍVIDA EXTERNA/INTERNA BRASILEIRA

Desde o “descobrimento”, o Brasil tem sido espoliado. Já levaram muito ouro, pau-brasil e minério. Mutilaram as montanhas, devastaram florestas e se apoderaram de riquezas naturais sem qualquer cerimônia. É de salientar que todos esses absurdos foram praticados com o consentimento da elite econômica e social do país, nas mãos de quem se concentrava a riqueza e o poder de decisão. Mais recentemente essa mesma elite permitiu que estatais, a maioria delas lucrativas, fossem privatizadas através da consumação de um dos processos de desestatização mais acelerados e drásticos de que se tem notícia no mundo e considerado por muitos analistas como sendo uma “rifa” irresponsável do patrimônio público.

Nos dias atuais, a espoliação continua sob forma de dívida financeira, interna e externa. Só para ter uma idéia da situação, segundo dados divulgados pelo Banco Central em 1999 a dívida externa alcançou 241 bilhões de dólares. A partir daí esse valor diminuiu um pouco, porém, em 2003 a cifra ainda era de 235 bilhões de dólares. Além disso, a elevada dívida pública interna torna o Brasil um país extremamente vulnerável e dependente.

O governo brasileiro tem dado fiel e estrito cumprimento às metas estabelecidas pelo FMI. Está sendo tão “obediente” que algumas metas foram suplantadas, como a do superávit primário, para pagar juros, em cumprimento ao acordo com o FMI. Isso fez com que o governo sacrificasse diversos projetos sociais e também limitasse investimentos e gastos públicos importantes. Segundo alguns críticos, enquanto o governo honra a vultosa dívida financeira, ao mesmo tempo estará dando um verdadeiro “calote” na dívida social, condenando milhões de brasileiros à exclusão social.

O endividamento externo brasileiro se inicia por ocasião da “independência”, no ano de 1822, quando as elites dirigentes assumiram uma dívida de 1,3 milhão de libras esterlinas que Portugal havia contraído junto à Inglaterra, exatamente para lutar contra a independência do Brasil. A partir de então, a dívida sempre aumentou, embora ao longo dos anos, a remessa de recursos do Brasil para o exterior tenha representado uma verdadeira sangria.

A década de 70 do século passado representou um dos períodos mais críticos no crescimento do endividamento externo brasileiro. Havia grande volume de recursos nas mãos dos banqueiros internacionais, em virtude da transferência para o setor financeiro de grande parte dos lucros auferidos pelos países produtores de petróleo devido à explosiva alta de preços do produto no mercado internacional. É nesse contexto que esses recursos foram oferecidos aos países em desenvolvimento, inclusive o Brasil, com taxas de juros baixas e atraentes, porém flutuantes, incentivando, desta forma, o endividamento de países carentes de recursos. Mais tarde, já no final da década, os Estados Unidos numa decisão unilateral decidiu elevar as taxas de juros internacionais para mais de 20% ao ano, aumentando absurdamente as obrigações do país para com o exterior. Essa decisão americana obrigou o Brasil a tomar muitos empréstimos apenas para pagar os juros, fazendo com que o montante da dívida crescesse como uma bola de neve.

O endividamento na década de 90 tem características peculiares e resulta da adoção pelo governo, de medidas, que provocaram incontrolável e acelerado crescimento do endividamento interno. É de realçar que não é apenas o valor da dívida externa que influencia no grau de vulnerabilidade do país. Há que levar em consideração o conjunto de compromissos para com o exterior, denominado passivo externo líquido.

Esse aumento da dívida interna durante a década de 90 decorreu das medidas implementadas pelo governo brasileiro, buscando a estabilização da moeda. As principais medidas adotadas foram: elevação substancial das taxas de juros internas, com o objetivo de atrair capital estrangeiro; abertura indiscriminada dos portos aos produtos estrangeiros, mediante redução de tarifas alfandegárias que protegiam a indústria nacional; manutenção do câmbio artificialmente valorizado por muito tempo, o que desestimula as exportações – fonte de recursos no exterior – e incentiva as importações; produção de superávits primários, através

do aumento da carga tributária e também do corte de gastos públicos, a fim de garantir o pagamento dos juros da dívida.

Essa situação afeta a vida de todo cidadão brasileiro, pois o comprometimento dos orçamentos públicos com a dívida ameaça perigosamente as necessidades básicas da sociedade, tais como os serviços públicos de saúde, educação, segurança, etc.

Nesse sentido, a questão que a maioria dos críticos levanta é a seguinte: a política econômica adotada pelo governo FHC e em grande medida seguida pelo governo Lula foi boa para quem? Nesse contexto, o consenso dos críticos é claro ao afirmar que o setor financeiro foi o que mais se beneficiou. A facilidade com que os bancos aumentam o preço dos serviços prestados contribui para explicar as altíssimas margens de lucro.

3.2 CRISE DA DÍVIDA EXTERNA, AJUSTE EXTERNO E AS LIMITAÇÕES AO AJUSTE BRASILEIRO

Antes de analisar o Plano Real, ficam aqui algumas considerações sobre a década de 80 para melhor entendermos a situação que o Brasil vivia antes. Durante a década de 80, dois fatos chamam atenção: o primeiro tem a ver com grandes superávits na conta de comércio que o país obteve a partir de 1981 e que se estenderam até meados dos anos 90; e o segundo fato é o aumento da disponibilidade de divisas para o pagamento do serviço da dívida externa.

A geração de grandes superávits na conta de comércio do país durante a década de 80 está intimamente relacionada ao projeto de desenvolvimento colocado em prática durante a década de 70. Nesse período foi dada prioridade ao programa de substituição de importações, bem como à constituição da infra-estrutura necessária para o crescimento de um leque de atividades econômicas.

Como já visto, o processo de endividamento externo atinge o seu período crítico na década de 70, estimulado por dois fatores. O primeiro fator foi a transferência para o mercado financeiro internacional do grande volume de lucros auferidos pelos países produtores de petróleo (OPEP), causando facilidade de créditos para os países carentes de recursos. O segundo fator que contribuiu para o endividamento externo no período foi a taxa de juros baixa e atraente que o mercado financeiro internacional oferecia. É de salientar que a situação da dívida externa brasileira em particular, e dos países que seguiram a mesma linha foi agravada após o segundo choque de petróleo e a elevação da taxa de juros americana a partir de 1979

(chegando a 19% ao ano em 1983). Esses acontecimentos, somados aos elevados déficits comerciais e às pressões cambiais fizeram com que o montante de juros pagos pelos empréstimos realizados crescesse, dificultando assim o ajuste.

O ajuste brasileiro pode ser caracterizado como sendo custoso e lento, pois o país deixou de adotar políticas consistentes e incisivas para substituir importações e alavancar mais rapidamente as exportações. Comparando o ajuste brasileiro com os processos de ajuste em outros países emergentes como Coréia, México e Rússia, por exemplo, o IEDI constatou que, nesses países os ajustes foram rápidos e melhoraram de forma bastante satisfatória a condição externa desses países bem como a avaliação internacional do risco a eles atribuído. Esse êxito por parte dos países citados deveu-se a uma queda dramática das importações (a base inicial do ajuste), porém transitória e depois consolidado pelo crescimento das exportações. Já em relação ao ajuste brasileiro ele ocorre com altos e baixos. Para além de não ter adotado os padrões de outros países, o Brasil contou com diversos outros fatores adversos em seu ajuste, que serão analisados em seguida.

3.2.1 Queda de preços internacionais de commodities

A queda dos preços internacionais limitou fortemente o crescimento das exportações brasileiras. Isso leva muitos economistas a questionar o seguinte: será que a mudança da política cambial em 1999 e as desvalorizações da moeda que se seguiram não funcionaram? Nesse contexto, o IEDI conclui que:

Não é verdade que a mudança da política cambial em 1999 e as desvalorizações da moeda que se seguiram “não funcionaram”. Desde o início das desvalorizações até 2001, o índice de quantum das exportações registrou aumento de 31%, demonstrando que as exportações reagiram ao estímulo das desvalorizações. A queda de preços em dólar (de 15% no período 1999-2001) determinou um crescimento muito inferior dos valores exportados. (IEDI, 2002c, p.13).

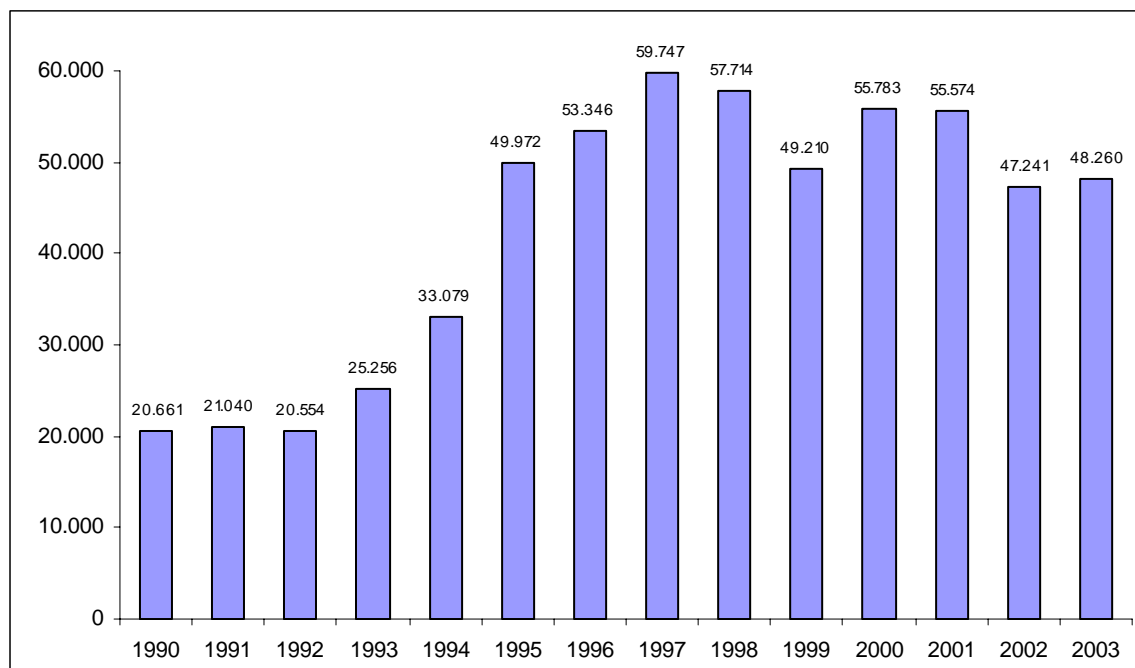
O ajuste externo brasileiro teria avançado muito mais do que de fato avançou se a conjuntura externa desfavorável (retração mundial) e o protecionismo internacional não tivessem afetado tanto as exportações de produtos em que o Brasil é forte e competitivo exportador. É nesse sentido, que através de um trabalho publicado pelo IEDI, se diagnosticou esse problema e foi recomendada pela própria instituição a adoção de políticas industriais cujo objetivo seria ampliar as possibilidades de exportação de produtos com preços mais resistentes às

conjunturas internacionais, isto é, produtos com maior valor agregado e conteúdo tecnológico (indústria automobilística, aeronaves e equipamentos e bens acabados de informática e telecomunicações). Desta forma, se estaria diversificando a pauta de exportação sem prejuízo nas exportações de produtos básicos (onde o Brasil detém grande competitividade) e conseqüentemente trazendo resultados satisfatórios para o setor externo da economia.

3.2.2 Dificuldades para a substituição de importações espontânea

A evolução significativa das importações, iniciada com a abertura do país ao comércio exterior, perdurou até 1997 (ver o gráfico a seguir). A partir daí, a tendência é de queda do valor importado, apresentando, contudo, oscilações, como no ano de 2000, devido ao maior crescimento da economia. De um modo geral a queda das importações não foi abrupta, como se pode ver através do gráfico, mas acompanhou as flutuações do crescimento da economia e as desvalorizações cambiais. Ressalve-se ainda que, como será detalhado adiante, nem sempre a queda de valor correspondeu a redução no *quantum* das importações observando-se, em alguns anos, diminuição significativa nos índices de preços.

Segundo indicações reunidas em trabalhos realizados pelo IEDI, processou-se uma substituição de importações incentivada pela mudança da taxa de câmbio. No entanto, essa substituição ocorreu em setores que não requeriam investimentos adicionais expressivos em ampliação da capacidade de produção. Nos casos em que eram requeridos investimentos mais amplos, isso era limitado pelo fato de o custo do capital no Brasil ser mais alto do que no exterior, bem como pelos custos financeiros e tributários para produzir internamente serem também mais altos no Brasil.



Importações – Fob em US\$ Milhões

Fonte: MDIC/Secex

3.2.3 O peso do passivo externo

O ajuste brasileiro foi contido também pelo enorme passivo externo acumulado nos anos de fartura de financiamento externo, apesar de estudos recentes realizados pelo IEDI, verificarem que a evolução do passivo externo vem sendo contida após a mudança da política cambial de 1999. Entre 1994 e 1998, esse passivo cresceu US\$ 30 bilhões ao ano. Esse crescimento se deveu tanto ao aumento da dívida externa, quanto do estoque de capital estrangeiro investido no país. Desde então a dívida externa declinou discretamente e o estoque de capital aumentou em ritmo menor. Mesmo declinando seu endividamento externo, o Brasil tem a maior dívida entre os países de economia emergente.

É de salientar que um passivo externo tão alto determina valores muito elevados de gastos na conta de rendas, e isso limita o ajuste externo que o país almeja. Segundo o IEDI (2002c), “dado o enorme passivo externo e a correspondente conta de rendas a ser paga anualmente, o país, para compensar essa pesada carga, será obrigado a fazer um ajuste em comércio e em serviços muito mais vigoroso e rápido”.

Além das razões já mencionadas, como sendo as que levaram ao ajuste parcial e limitado do setor externo brasileiro, existe uma outra que também retardou o avanço das exportações e conteve a substituição de importações, e que conseqüentemente limitou o ajuste – a ausência de políticas adequadas. É nesse sentido que o IEDI (2002c) sugere políticas tais como “incentivo à exportação e à substituição competitiva de importações e política comercial voltada a eliminar barreiras, reduzir o protecionismo internacional e conquistar novos mercados para produtos brasileiros”.

3.3 BALANÇA COMERCIAL ANTES DO PLANO REAL

Ao se analisar uma série histórica da balança comercial antes da implementação do Plano Real (1980-1994), dois fatos importantes chamam atenção: a continuidade de grandes superávits em conta de comércio durante a década de 80 e que vai até 1994 e a abertura comercial que se iniciou em 1990. Essa última será abordada na próxima sessão.

Com a exceção do ano de 1980, onde o desempenho da balança comercial foi negativo (US\$ - 2.823 milhões), o perfil da balança comercial na década de 80 se caracteriza pela seqüência de grandes superávits, que se prolongam até 1994. O saldo médio é de US\$ 8.599 milhões, e o acumulado de US\$ 85.990 milhões. Ao observamos a tabela 1, podemos distinguir dois momentos, em termos de saldo, durante a década de 80. O primeiro momento, que se estende de 1980 a 1983, se caracteriza pelo único resultado negativo e também pela obtenção de saldos relativamente baixos. Isso se deve à instabilidade das exportações, embora as importações tenham se reduzido durante esse período. O segundo momento (1984-1989), se caracteriza pela continuidade dos grandes superávits. Analisando os dados, nota-se que os bons resultados neste segundo momento foram impulsionados pelo bom desempenho das exportações, que tiveram uma pequena queda em 1986, mas voltaram a crescer até 1989.

Cabe realçar que a partir de 1990 ocorre o processo de abertura da economia brasileira. Apesar da abertura da economia, os saldos positivos na balança comercial persistiram até 1994, registrando saldo médio de US\$ 12.067 milhões, e acumulado de US\$ 60.336 milhões. Entretanto, fica claro o efeito produzido pela abertura da economia, ao se escancarar o país às importações e fazendo com que as exportações crescessem em um ritmo bem inferior ao das importações.

Ao contrário da década de 70, quando a balança comercial registrou um comportamento deficitário, o bom desempenho da balança comercial durante a década de 80 é uma evidência. Os superávits na conta de comércio só foram possíveis graças ao projeto colocado em prática, cujo foco principal era priorizar o programa de substituição de importações através de barreiras comerciais.

TABELA 1

Balança Comercial - FOB em US\$ Milhões

Período	Exportação	Var.%	Importação	Var.%	Saldo
1980	20.132	-	22.955	-	-2.823
1981	23.293	15,7	22.090	-3,8	1.203
1982	20.175	-13,4	19.394	-12,2	781
1983	21.899	8,5	15.428	-20,4	6.471
1984	27.005	23,3	13.915	-9,8	13.090
1985	25.639	-5,1	13.153	-5,4	12.486
1986	22.349	-12,8	14.044	6,8	8.305
1987	26.223	17,3	15.050	7,1	11.173
1988	33.789	28,9	14.605	-3,0	19.184
1989	34.382	1,8	18.263	25,0	16.119
1990	31.413	-8,6	20.661	13,1	10.752
1991	31.620	0,7	21.040	1,8	10.580
1992	35.792	13,2	20.554	-2,3	15.238
1993	38.554	7,7	25.256	22,9	13.298
1994	43.545	12,9	33.078	31,0	10.467

Fonte: Ipeadata

No entanto, com a crise financeira provocada pelo segundo choque de petróleo e pela alta dos juros no mercado financeiro internacional, o Brasil sentiu dificuldades no fechamento das contas externas, devido à retração dos financiamentos bancários. É nesse sentido que o país sempre se viu na obrigação de gerar grandes superávits na conta de comércio de modo a suprir o pagamento da dívida externa. É a partir de então que o governo brasileiro se esforça no sentido de tomar medidas no intuito de incentivar as exportações (fonte de divisas) e reduzir as importações.

Com o objetivo de conseguir divisas para pagamento do serviço da dívida, o governo utiliza as políticas cambiais, de juros e também políticas de contenção das importações. Desta forma, realiza-se desvalorização da moeda, pois isso aumenta a rentabilidade das atividades de exportação e comprime a demanda de importações. O governo concede também subsídios aos produtores nacionais e abre linhas de créditos para exportadores.

Já para reduzir as importações, para além da política cambial (desvalorização), o governo adota uma série de barreiras comerciais tarifárias e não tarifárias, impondo assim uma proteção ao mercado interno. Até certo ponto, essas medidas são benéficas, pois estarão protegendo a indústria nacional da competição internacional. Mas por outro lado podem resultar num atraso tanto em tecnologia como na produtividade.

É inegável que as medidas adotadas pelo governo obtiveram êxitos: de uma posição deficitária em 1980, a balança comercial passou a partir de então a ter saldos positivos (a partir de 1981), continuando com o mesmo comportamento até outubro de 1994.

3.4 ABERTURA COMERCIAL DA ECONOMIA BRASILEIRA

O processo de abertura da economia brasileira teve o seu início em 1990, tendo como instrumentos principais a redução tarifária, a eliminação dos controles administrativos e a desregulamentação das operações de comércio exterior.

Um dos argumentos a favor da abertura do comércio é de que o país obteria ganhos de bem-estar para a população, pois se verificaria crescimento nas importações em decorrência das medidas mencionadas, trazendo consigo importantes conseqüências para todo o processo de desenvolvimento econômico nacional, uma vez que, através da exposição da indústria doméstica à concorrência externa, obtem-se ganhos de qualidade e de produtividade. Para além desses benefícios mencionados acima, a abertura também contribuiria para pôr fim ao regime de alta inflação que por muitos anos dominou a cena econômica brasileira. Entretanto, a liberalização comercial viria a ter efeitos extremamente negativos sobre as estratégias de reestruturação e modernização empresarial provocados por seguidas antecipações dos cronogramas de redução tarifária fixados. É de realçar que no período 1994-98, não só a política cambial, mas também a política tributária e de juros acentuaram os efeitos da abertura, pois impuseram à produção doméstica um forte viés anti-competitivo gerando, desta forma, forte desnacionalização e redução do emprego, um grande desequilíbrio comercial e também uma parcial desindustrialização da economia. Segundo análise feita pelo IEDI, a abertura comercial brasileira sentiu falta de algumas políticas que de certa forma deveriam tê-la acompanhado. Segundo o IEDI, “política de concorrência para combater a concorrência

predatória, política de salvaguarda destinada aos setores mais sensíveis diante das conseqüências do processo, políticas de reestruturação e promoção de competitividade”.

Segundo Moreira e Correa (1996), o processo de liberalização comercial da economia brasileira se desenrolou em duas etapas diferentes: uma primeira etapa que se inicia em 1989, caracterizada pela redução da redundância tarifária média (de 41,2% para 17,8%) e por pequena alteração na estrutura tarifária. A segunda etapa teve início em 1990 e é caracterizada por um aceleração no processo de liberalização, com destaque para a eliminação de barreiras não tarifárias e redução das tarifas de importação.

Portanto, fica claro o efeito que a abertura comercial, ao reduzir barreiras tarifárias e não tarifárias, provoca sobre a balança comercial, transformando-se num incentivo para as importações.

4 PLANO REAL E OS IMPACTOS NA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA

Implementado em julho de 1994, o Plano Real teve como objetivo principal controlar e por fim ao processo inflacionário que por muitos anos dominou a cena econômica brasileira. Uma coisa, ao menos, é óbvia quando se fala em Plano Real: a sua eficiência única no combate à inflação no país. Mas, para explicar o porquê do Plano Real ter dado certo, e das tentativas anteriores não, é preciso antes de qualquer coisa analisar os fundamentos teóricos da sua implementação.

4.1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS E A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO

Segundo Filgueiras (2000), a elaboração e execução do Plano Real têm como base duas vertentes básicas: o Consenso de Washington e a experiência do Plano Cruzado.

O Consenso de Washington⁴ constituiu-se numa reunião na capital americana em novembro de 1989 no International Institute for Economy (Instituto de Economia Internacional), dos funcionários do governo dos EUA, dos organismos internacionais e economistas latino-americanos com a finalidade de discutir um conjunto de reformas essenciais para que a América Latina superasse a crise econômica e retomasse o caminho do crescimento.

O Consenso representava uma corrente de pensamento (ortodoxia) na defesa de um conjunto de medidas (denominadas “neoliberais”) técnicas em favor da economia de mercado, que visavam, em tese, a recuperação econômica dos países latino-americanos. Essas medidas têm como eixo central a redução do papel do Estado na economia (Estado mínimo), através da diminuição dos gastos públicos; redução da carga fiscal; privatização das empresas estatais; sobrevalorização do câmbio e abertura dos mercados. Analisando as medidas adotadas no Plano Real, percebe-se a influência do Consenso, pois, quase todas as medidas mencionadas acima foram postas em prática.

Além do Consenso de Washington, a implementação do Plano Real foi também influenciada pela experiência do Plano Cruzado (Governo Sarney, fevereiro de 1986), pois os autores do Plano Real foram, de certa forma, também responsáveis pela elaboração do Plano Cruzado. Logo, tinham conhecimento da natureza dos problemas a enfrentar. A questão principal a ser observada aqui é a natureza da inflação inercial, principalmente tendo em conta a proposta de uma moeda indexada. Essa proposta parte do princípio de que em um ambiente de alta inflação, a desindexação da economia não pode ser feita através do congelamento dos preços, contrariando dessa forma o que foi feito no Plano Cruzado.

Um outro aspecto da influência exercida pela experiência do Plano Cruzado e que contribuiu para que o Plano Real tivesse o sucesso que teve, é a conscientização dos elaboradores de que a inflação brasileira não era apenas inercial, mas a fragilidade financeira do Estado se constituía num dos seus componentes fundamentais.

4.2 AS FASES DA IMPLIMENTAÇÃO DO PLANO REAL

⁴ A expressão é atribuída ao economista inglês John Williamson

Esse plano foi anunciado pelo Governo Itamar Franco em dezembro de 1993. Segundo análise feita pelo Professor Filgueiras (2000), do seu anúncio até o surgimento de uma nova moeda, em julho de 1994, o Plano Real passou por três etapas distintas: a primeira etapa, que vai de 07/12/93 a 28/02/1994, corresponde à necessidade de realizar um ajuste fiscal; a criação da Unidade Real de Valor (URV), que se estende de 01/03/94 a 01/07/1994, corresponde à segunda etapa; e a última etapa, a criação da nova moeda em 1º de julho de 1994. A partir de então se adota uma nova moeda, o Real, passando não só a ser unidade de conta, mas também um novo meio de pagamento na economia.

Na primeira fase, o destaque mais importante vai para a criação do Fundo Social de Emergência (FSE). Este instrumento foi importante, na medida em que permitiu ao governo cortar gastos do orçamento no ano de 1994, permitindo desta forma uma maior flexibilidade na utilização dos seus recursos, assim como maior controle no fluxo de caixa.

Portanto, as medidas tomadas na primeira etapa procuraram acabar com uma das fontes do processo inflacionário. Por isso, as iniciativas tomadas eram no sentido de responder ao problema do desequilíbrio orçamentário do Estado, e em particular a sua fragilidade de financiamento, considerada um vilão da aceleração da inflação. É nesse sentido que Filgueiras diz:

Em suma, essa primeira etapa do plano se propôs a construir a chamada “âncora fiscal” dos preços, isto é, procurou garantir aos diversos agentes econômicos que o governo só gastaria o que arrecadasse, não havendo, portanto, possibilidade de emissão primária de títulos e moeda com o intuito de cobrir gastos correntes do governo (Op.cit. p. 103).

A segunda etapa da implementação do Plano Real, que se iniciou em 1º de março de 1994, caracteriza-se pela criação da Unidade Real de Valor (URV). A URV foi considerada como sendo o embrião da nova moeda, ou como disse Filgueiras “uma espécie de moeda incompleta”. Pois ela desempenhou uma das funções da moeda, que é de ser unidade de conta. A URV teve um papel muito importante na passagem da velha para a nova moeda, visto que tornou desnecessário o uso do congelamento e permitiu alinhar os preços relativos. Desta forma, estaria protegendo a nova moeda da contaminação pela inflação passada, eliminando o componente inercial da inflação associado à velha moeda.

Portanto a URV demonstrou ser uma ferramenta engenhosa, que permitiu sincronizar as variações de preços e salários, influenciando as expectativas inflacionárias. Também possibilitou um alinhamento dos preços relativos, evitando assim o trauma dos congelamentos.

Finalmente, cabe uma análise da última fase de implementação do Plano Real. Ela diz respeito à introdução da nova moeda, o Real, a partir de 1º de julho de 1994. Constitui-se na conversão da URV em Real, cuja proporção foi de 1 URV = R\$ 1. Cabe realçar que a URV valia CR\$ 2.750,00.

Segundo Filgueiras (2000), essa última etapa trouxe a explicitação da “âncora cambial” que estava subentendida no período anterior, com o Banco Central a fixar a taxa de câmbio em US\$ 1 = R\$ 1. Embora o governo tenha atrelado a nova moeda ao dólar, ele não garantiu a conversibilidade entre as duas moedas, como aconteceu na vizinha Argentina. Isso graças ao apoio e garantia das reservas em dólar acumuladas desde 1993. É de ressaltar que essa acumulação foi possível em função de três fatores: excesso de liquidez no mercado financeiro internacional, superávits na conta de comércio até 1994, e finalmente, pela implementação de uma política de elevadas taxas de juros.

4.3 POLÍTICA CAMBIAL E BALANÇA COMERCIAL

Esta seção apresenta uma análise da política cambial do Plano Real e seus impactos em termos do comportamento da balança comercial, tendo em conta o período de 1994 a 2003. Junto a isto, faz-se uma abordagem dos dados que relacionam a produção física industrial e os índices de preço e *quantum* das importações após a mudança do regime cambial de 1999, com o objetivo de confirmar a hipótese da pesquisa. Para o mesmo efeito, usa-se também o coeficiente de penetração de importações, que segundo estudos da Funcex serve como indicador do grau de substituição de importações na economia.

4.3.1 SOBREALORIZAÇÃO DO CÂMBIO E BALANÇA COMERCIAL

A sobrevalorização da moeda tem como efeito direto, incentivo às importações e desestímulo às exportações. Isso impacta negativamente na conta do comércio do país, pois, os bens nacionais ficam mais caros em termos da moeda estrangeira, e por outro lado os bens

importados ficam mais baratos em moeda nacional. Segundo Damasceno, isso acaba “causando impactos negativos na conta de comércio do país, e dessa forma os bens importados podem concorrer com os domésticos, pressionando o nível de preços para baixo, ou seja, passamos a importar deflação”(DAMASCENO, 2001, p. 18).

Com a introdução da nova moeda em julho de 1994, o Governo utilizou a sobrevalorização da moeda como importante instrumento de estabilização de preços. Entretanto, se por um lado a política de estabilização de preços calcada na sobrevalorização da moeda provocou impacto notável no combate à inflação, por outro lado os efeitos “colaterais” dessa estratégia aparecem, e se fazem sentir na balança comercial. A consequência disso tudo pode ser vista através dos números da balança comercial e também visualizada através do gráfico a seguir.

TABELA 2

Balança Comercial - FOB em US\$ Milhões

Período	Exportação	Var.%	Importação	Var.%	Saldo
1990	31.414	-	20.661	-	10.752
1991	31.620	0,6	21.040	1,8	10.580
1992	35.793	13,2	20.554	-2,3	15.239
1993	38.555	7,7	25.256	22,9	13.299
1994	43.545	12,9	33.079	31,0	10.466
1995	46.506	6,8	49.972	51,1	-3.466
1996	47.747	2,7	53.346	6,8	-5.599
1997	52.994	11,0	59.747	12,0	-6.753
1998	51.140	-3,5	57.714	-3,4	-6.575
1999	48.011	-6,1	49.210	-14,7	-1.199
2000	55.086	14,7	55.783	13,4	-698
2001	58.223	5,7	55.574	-0,8	2.649
2002	60.362	3,7	47.241	-15,0	13.121
2003	73.084	21,1	48.260	2,2	24.824

Fonte: MDIC/Secex.

Entre 1994 e 1998, os números da balança comercial revelam os efeitos da sobrevalorização da moeda. Com a exceção do ano de 1994⁵, quando a balança comercial registra um superávit de US\$ 10.466 milhões – dando seguimento a bons desempenhos conseguidos no início da década de 1990 –, o país passou a obter recorrentes saldos negativos entre 1995 e 1998 (ver a tabela 2).

⁵ A balança comercial começou a registrar déficit a partir dos últimos meses de 1994.

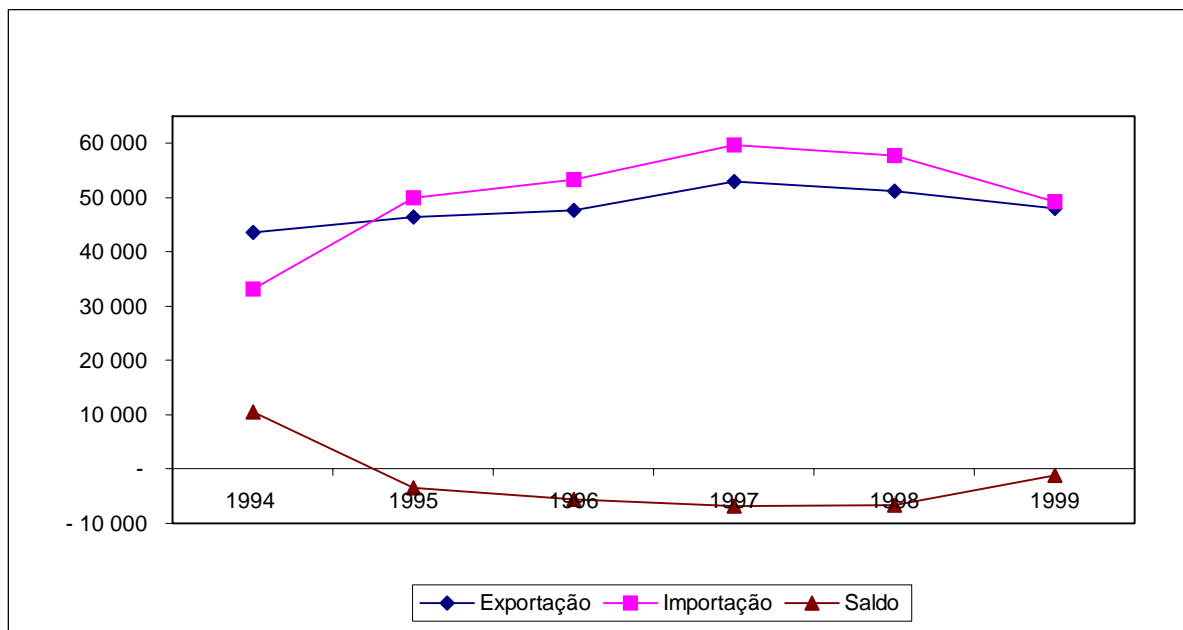


Gráfico 1- Balança Comercial 1994 a 1999

Fonte: MDIC/Secex

De um patamar de déficit de US\$ 3.466 milhões em 1995, esse valor veio aumentando atingindo em 1997 US\$ 6.753 milhões. Isso se deveu, principalmente, a um aumento acelerado das importações contra um crescimento significativamente menos acentuado das exportações.

Cabe observar que no período anterior à implementação do Plano Real (1990/94), a balança comercial do país acumulou um saldo positivo da ordem de US\$ 60,3 milhões. Embora as exportações tenham superado muito as importações durante esse período, é de se notar uma forte ascensão do coeficiente de importações. E isso, se deve à liberalização comercial. Dessa forma, somando a valorização da moeda com a abertura comercial, houve um estímulo às importações e compressão das exportações. Os significativos saldos comerciais positivos encolheram a partir de 1992, até mudarem de sinal a partir do último trimestre de 1994 permitindo, desta forma, que o país ficasse “escancarado” às importações e tirando a competitividade das exportações, com conseqüência desastrosa para o comércio exterior do país.

Desta análise do período de 1994 a 1998 pode-se concluir que, a política cambial adotada a partir de 1994, juntamente com a abertura da economia, teve impacto negativo na conta de comércio, dando desta forma um perfil deficitário ao seu resultado e gerando desequilíbrios nas contas externas. Com esse desequilíbrio, e conseqüentemente dificuldades em fechar o balanço de pagamentos, o Governo implementou a política de taxas de juros elevadas para atrair os investimentos externos, no sentido de fechar o balanço de pagamentos. Desse modo, foi agravada a dependência do país em relação aos fluxos financeiros internacionais e fragilizadas as suas contas externas, culminando na adoção de uma nova política cambial (desvalorização cambial), que é assunto da próxima seção.

4.3.2 DESVALORIZAÇÃO CAMBIAL E BALANÇA COMERCIAL (1999/2003)

Dados divulgados pelo MDIC mostram que nos últimos anos ocorreram significativos ajustes no comércio exterior brasileiro. O déficit comercial que tinha fechado o ano de 1998 na ordem de US\$ 6.575 milhões foi reduzido para US\$ 1.199 milhões e US\$ 698 milhões nos anos 1999 e 2000 respectivamente. Entretanto, a reversão do saldo negativo para um resultado positivo na balança comercial só surgiu a partir de 2001 com um superávit de US\$ 2.649 milhões. Já no ano seguinte, a balança comercial registrou um superávit de US\$ 13.121 milhões, reagindo positivamente à mudança da política cambial. Em 2003, a balança comercial alcançou a cifra de US\$ 24.824 milhões, mantendo a tendência crescente.

O gráfico a seguir ilustra a importância da mudança da política cambial para o setor externo brasileiro, mostrando como as desvalorizações da moeda ocorridas em 1999, 2001 e em 2002 incentivaram as exportações e fizeram as importações decrescerem.

Nota-se que, ao contrário da política cambial do período 1994/98 quando as exportações estavam bloqueadas e as importações eram facilitadas artificialmente, as desvalorizações contribuíram positivamente para o resultado da balança comercial.

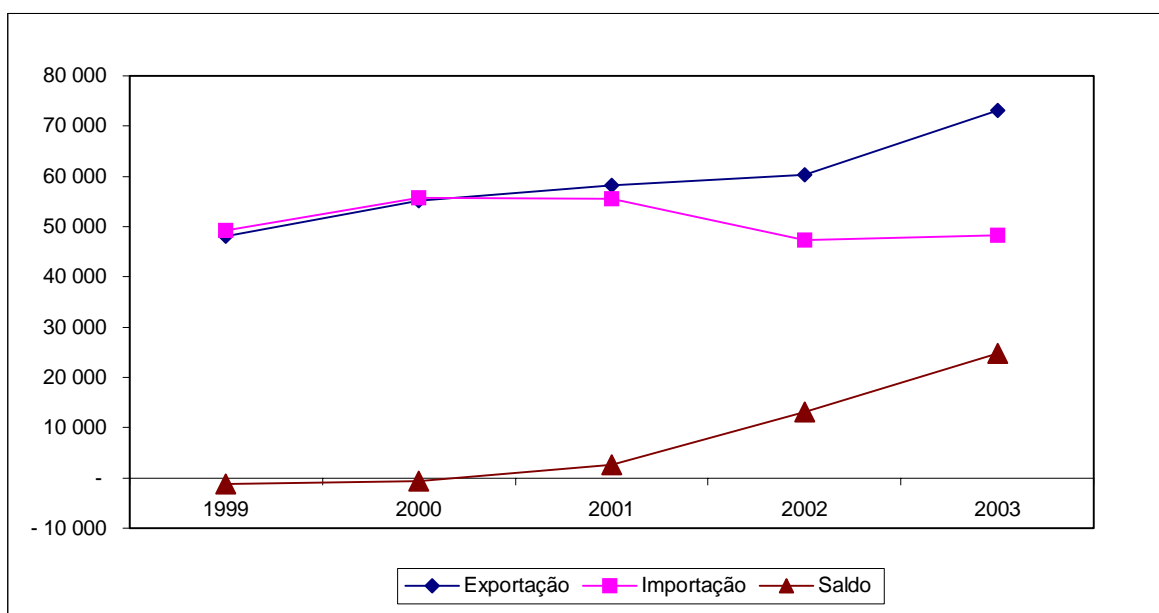


Gráfico 2- Balança Comercial 1999 a 2003

Fonte:MDIC/Secex.

O comportamento da balança comercial no ano de 1999 foi deficitário. Mas comparando ao último ano anterior à mudança da política cambial, quando se registrou um saldo negativo de US\$ 6.575 milhões, a balança comercial apresentou déficit menor, da ordem de US\$ 1.199 milhões. Isso, graças a uma queda significativa nas importações (1998/1999), ao registrar uma variação de US\$ 8.504 milhões (-14,7%).

O déficit comercial que atingiu US\$ 1.199 milhões em 1999, caiu para US\$ 698 milhões em 2000, registrando uma diferença de US\$ 501 milhões, e variação de (-41,8%). Isso, fruto do aumento das exportações para US\$ 55.086 milhões (variação de 14,7%). Nota-se que tanto as exportações quanto as importações cresceram em relação a 1999. Esse resultado mostra a importância da desvalorização cambial na explicação dessa diminuição dos déficits, pois as exportações reagiram satisfatoriamente embora as importações também tenham aumentado. Esse aumento das importações se deveu ao aquecimento da economia registrado através da recuperação da atividade industrial no período.

Em relação a 2001 a balança comercial continuou reagindo positivamente à mudança da política cambial, apresentando um superávit acumulado da ordem de US\$ 2.649 milhões. Esse saldo positivo reflete a ampliação das exportações para US\$ 58.223 milhões (aumento de 5,7% em comparação ao ano 2000) e quase que manutenção do valor das importações em US\$ 55.574 (queda de 0,8%). Portanto, é de se notar um crescimento das exportações em relação a 2000 e ligeira queda das importações (-0,8). Embora a balança comercial tenha reagido positivamente no ano de 2001, o IEDI nos seus estudos deixa claro que essa reação foi limitada por certos fatores, pois, “não houve, nem poderia haver reação em gêneros onde é estrutural a dependência de importações e não foi possível ampliar exportações em setores com perda significativa de mercados (Mercosul) ou submetidos ao protecionismo nos mercados internacionais” (IEDI, 2002a).

O ano de 2002 caracterizou-se como um período conturbado e difícil para a economia brasileira, constatada com o acirramento da tensão em relação ao resultado das eleições presidenciais (que contaminou negativamente as expectativas através do receio de alterações bruscas no desenho da política econômica), redução de recursos externos, alta dos juros e forte desvalorização cambial. No entanto, mesmo face às dificuldades observadas no ano de 2002, a balança comercial respondeu intensamente às desvalorizações, apresentando um superávit de US\$ 13.121 milhões contra US\$ 2.649 milhões em 2001, registrando uma variação de US\$ 10.472 milhões. É importante notar que este saldo resultou não apenas de queda nas importações (US\$ 8.333 milhões, ou -15%), mas também de um aumento, embora em menor escala, das exportações (US\$ 2.139 milhões, ou 3,7%).

Em 2003, a balança comercial ainda “carregando” o estímulo do câmbio real muito favorável que prevaleceu desde meados do ano anterior, apresentou um superávit da ordem de US\$

24.824 milhões. Resultado esse que foi superior em US\$ 11.703 milhões em comparação ao período de 2002 (US\$ 13.121 milhões). As exportações somaram US\$ 73.084 milhões, um valor que superou em US\$ 12.722 milhões (ou 21%) as exportações no período de 2002 (US\$ 60.362 milhões). Já em relação às importações, houve uma pequena variação. Somaram US\$ 48.260 milhões em 2003, contra US\$ 47.241 milhões em 2002. Uma variação de US\$ 1.019 milhões (ou 2,2%). Desse modo, pode-se afirmar que o responsável pela quase totalidade do aumento do saldo comercial do país em 2003 foi o desempenho exportador, estimulado em boa parte pelo fator câmbio.

Entretanto, segundo estudo realizado sobre as exportações brasileiras em 2003 pela Funcex, fica claro que outros fatores não associados exclusivamente aos efeitos da forte desvalorização cambial ocorrida no 2º semestre de 2002 influíram neste desempenho exportador verificado em 2003. Segundo a Funcex, o forte crescimento das exportações em 2003 deveu-se também ao:

Forte crescimento da safra agrícola, em especial de produtos tradicionalmente de exportação, como a soja; a queda da demanda doméstica, que liberou produtos para serem exportados, em especial manufaturados; e a retomada da atividade econômica mundial, a qual produziu, inclusive, um forte crescimento dos preços internacionais das commodities (IEDI, 2004).

Para além da conjugação do fator câmbio com os três fatores citados acima, existem outros fatores “extra-câmbio” que merecem destaque na contribuição da expansão das exportações em 2003, tais como as exportações de petróleo e derivados, resultado de uma política ativa por parte da Petrobrás; as vendas de veículos de passageiros para o México, graças a um acordo comercial/setorial de exportação celebrado entre os dois países; a recuperação parcial do mercado de exportação para Argentina, cuja economia foi reativada e, finalmente, conquista de “novos mercados” como China e Taiwan.

Desta análise do comportamento da balança comercial após a desvalorização do câmbio, entre 1999 e 2003, pode-se afirmar que tanto as exportações quanto as importações reagiram à desvalorização do câmbio. Fato que ficou claro na análise da balança comercial ao longo deste período, e que será detalhado pela análise dos índices de preço e *quantum* das exportações e também das importações, assunto da seção a seguir.

4.3.2.1 Análise dos Índices de Preço e *Quantum* das Exportações e Importações após a Desvalorização Cambial (1999/2003)

Esta seção apresenta uma análise do comportamento dos índices de preços e *quantum* das exportações, tanto por classes de produtos quanto por categorias de uso e também dos índices de preços e *quantum* das importações por categorias de uso. A análise é feita com base nos dados da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX), tomando o período entre 1999 a 2003, e tendo como base o ano de 1996.

TABELA 3

Índices de Preço e Quantum das Exportações por Classes de Produtos

Base: média = 100

Período	Exportações Totais		Classes de Produtos					
	Totais		Básicos		Semimanufaturados		Manufaturados	
	Preço	Quantum	Preço	Quantum	Preço	Quantum	Preço	Quantum
1996	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1999	81,9	122,8	76,0	130,6	76,6	121,0	86,1	120,0
2000	84,6	136,4	74,5	141,6	87,7	112,6	87,0	141,5
2001	81,6	149,4	68,2	188,9	78,4	122,0	86,9	143,3
2002	77,9	162,3	65,4	217,6	74,9	139,0	82,9	150,8
2003	81,5	187,7	72,3	246,1	83,3	152,4	82,3	182,2

Fonte: Funcex

A expansão das exportações entre 1999 e 2003, com saldo médio de US\$ 58.953 milhões, e acumulado de US\$ 294.766 milhões foi impulsionada, sobretudo pelo aumento das quantidades. Durante este período, o *quantum* registrou crescimento de 52,8%. Houve crescimento de *quantum* em todas as classes de produtos, com destaque para os básicos com acumulado de 88,4%, seguida dos manufaturados com acumulado de 51,8%, e finalmente, os semimanufaturados acumulando 25,9%. Na visão da Funcex, esse bom desempenho dos produtos básicos, principalmente a partir de 2001, se deve a dois aspectos: a ampliação dos embarques com destino a mercados não tradicionais, como as vendas de grãos de soja para a China e o fato de que nos mercados tradicionais, como os países de União Européia, a doença da vaca louca contribuiu para o crescimento das vendas de carnes e de farelo de soja (utilizado como ração de origem vegetal).

De todo modo, conjunturas particulares que afetaram produtos ou grupos de produtos associam-se à conjugação dos quatro fatores mais gerais citados anteriormente: forte desvalorização do câmbio; forte crescimento da safra agrícola; a queda da demanda doméstica; e a retomada da atividade econômica mundial na explicação do bom desempenho das exportações. O gráfico a seguir mostra o desempenho do *quantum* exportado por classes de produtos.

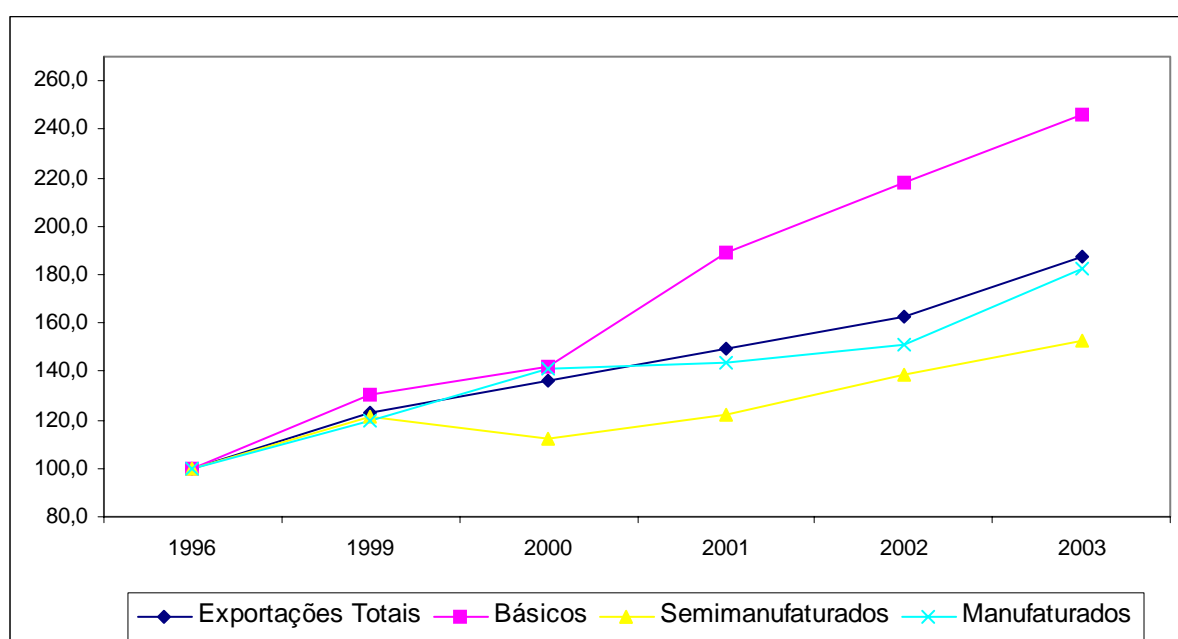


Gráfico 3 – Quantum das Exportações por Classes de Produtos

Fonte: Funcex

No tocante ao índice de preços, este contribuiu negativamente no índice global caindo 0,4% entre 1999 e 2003. Na análise por classes de produtos, com a exceção dos semimanufaturados onde houve aumento de 8,7% neste período, nas demais classes houve queda dos preços exportados, como nos casos dos básicos (-4,9%) e manufaturados(-4,4%). O desempenho do índice de preços dos básicos e manufaturados quase que se assemelham. No primeiro, o índice recuou de 1999 a 2002 e voltou a subir em 2003. Já no segundo, exceto a interrupção registrada em 2000, o índice recuou de 2001 a 2003. O desempenho dos preços é ilustrado no gráfico a seguir.

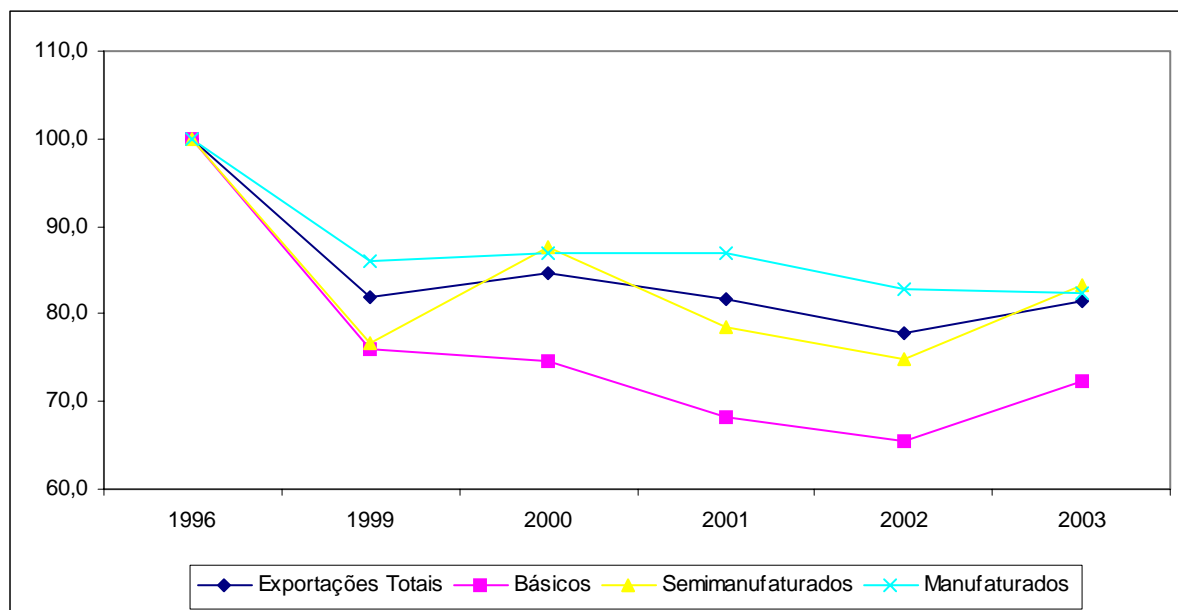


Gráfico 4 – Preço das Exportações por Classes de Produtos

Fonte: Funcex

Desta análise sobre os índices de preços e *quantum* das exportações por classes de produtos de 1999 a 2003, pode-se concluir que o responsável pela expansão das exportações durante esse período (1999 a 2003) foi sem dúvida o desempenho satisfatório em relação ao *quantum* exportado. No entanto, não é desprezível o bom desempenho do índice de preços na classe dos semimanufaturados com crescimento de 8,7%.

A tabela a seguir mostra como se comportaram os índices de preços e *quantum* das exportações por categoria de uso. Pois, para além de já ter feito a análise dos índices por classes de produtos, é importante também analisar esses índices por categoria de uso, para destacar a contribuição de cada categoria de produtos no crescimento das exportações.

Índices de Preço e Quantum das Exportações por Categoria de Uso

Base: média = 100

Período	Categorias de Uso										
	Bens de Capital		Intermediários		BC duráveis		BC não duráveis		Combustíveis		
	Preço	Quantum	Preço	Quantum	Preço	Quantum	Preço	Quantum	Preço	Quantum	
1996	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1999	98,6	146,4	79,5	118,3	84,0	144,3	81,3	124,7	75,6	120,5	120,5
2000	104,7	200,2	82,6	123,6	83,5	203,8	78,2	135,7	128,7	142,8	142,8
2001	119,4	172,7	77,1	134,2	80,8	219,0	73,7	166,5	112,7	378,8	378,8
2002	114,8	162,5	73,7	148,2	77,9	225,9	68,4	182,0	114,5	534,1	534,1
2003	104,1	188,7	79,1	171,4	74,5	301,6	71,6	205,0	135,7	572,7	572,7

Fonte: Funcex

A expansão das exportações de 1999 a 2003, a exemplo do que ocorrera em classes de produtos, foi impulsionado principalmente pelo aumento das quantidades em todas as categorias de uso. Em relação ao índice de preços por categorias de uso, somente em combustíveis e bens de capital se verificaram taxas positivas.

Assim, analisando o índice de *quantum* das exportações por categoria de uso durante o período pós-desvalorização cambial (1999 a 2003), constata-se que o aumento do *quantum* exportado se estendeu por todas as categorias de uso. Porém, o desempenho que mais chama atenção é o dos combustíveis, tanto pelo aumento de 375,3% no *quantum* quanto pelo ganho nos preços de 79,5% entre 1999 e 2003. Com a exceção dos bens de capital, onde o índice de *quantum* oscilou entre um ano e outro, mas apresentando um ganho de 28,9% entre 1999 e 2003, nas demais categorias de uso o *quantum* sempre aumentou a partir de 1999 (ilustrado no gráfico a seguir). São os casos dos bens de consumo duráveis (109,0%), bens de consumo não duráveis (64,4%) e intermediários (44,9%).

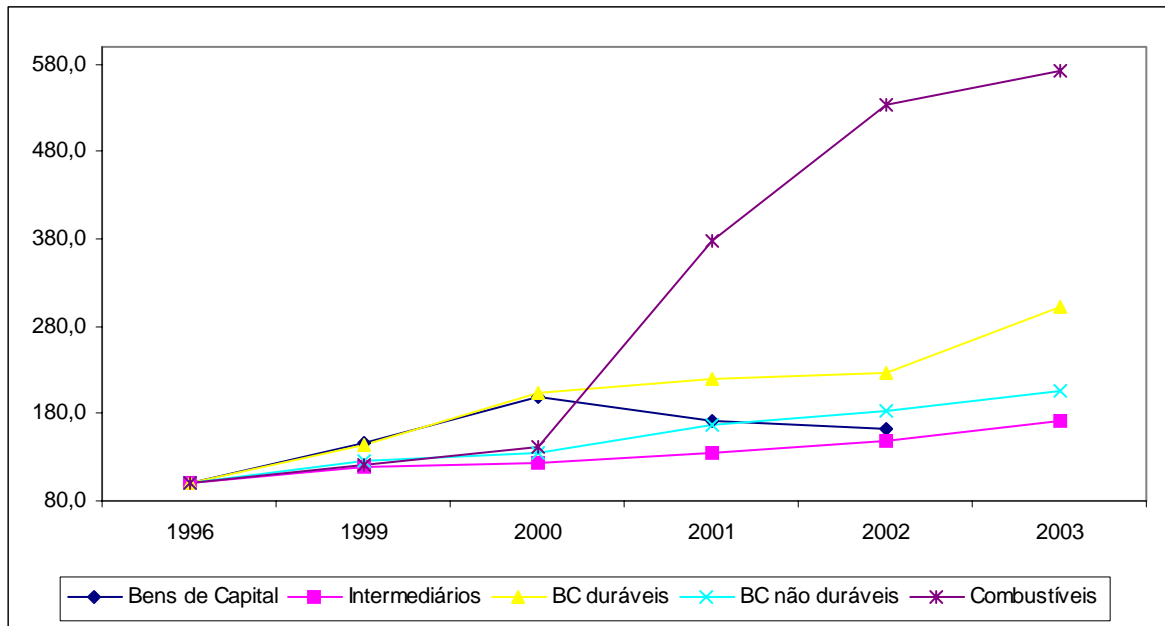


Gráfico 5 – Quantum das Exportações por Categoria de Uso

Fonte: Funcex

Em relação aos preços, como é ilustrado no gráfico a seguir, para além do já citado ganho na categoria dos combustíveis (79,5%), a única categoria que teve ganho nos preços entre 1999 e 2003 foi bens de capital (5,6%). Já os bens de consumo não duráveis, bens de consumo duráveis e os intermediários registraram queda de (-11,9%), (-11,3%) e (-0,5%) respectivamente.

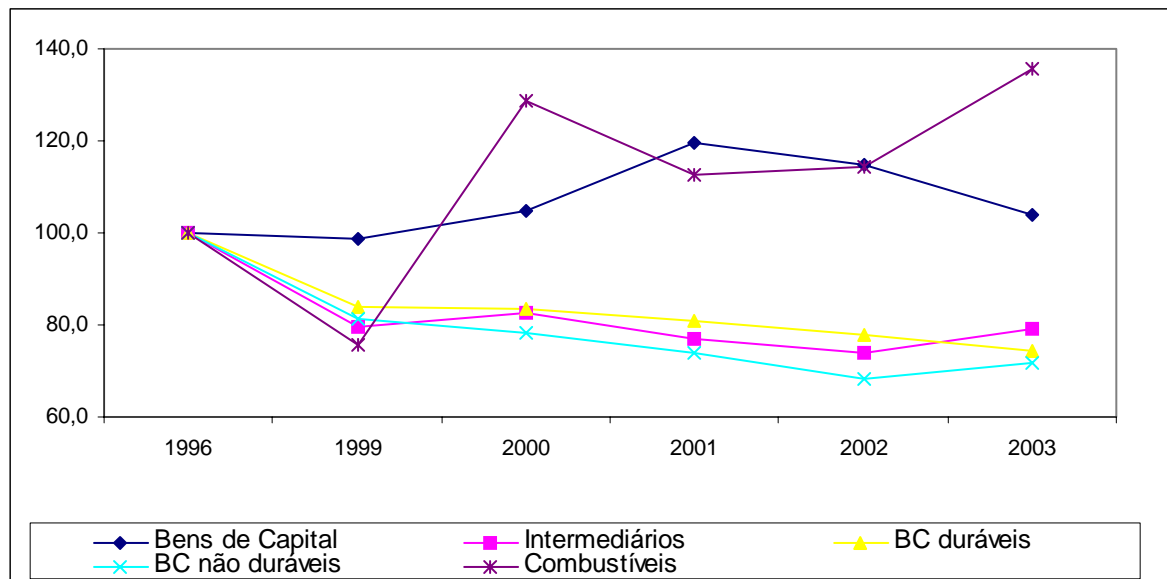


Gráfico 6 – Preço das Exportações por Categoria de Uso

Fonte: Funcex

Após essa análise, constata-se que a elevação do *quantum* exportado foi a grande responsável pela expansão das exportações, devendo-se destacar porém que no caso dos combustíveis os preços também tiveram papel significativo no aumento do valor exportado.

Feita a análise dos índices de preço e *quantum* das exportações por classe de produtos e também por categoria de uso, resta saber com base na tabela a seguir como se comportaram os índices de preços e *quantum* das importações totais e por categoria de uso, buscando averiguar ocorrência de indicações de substituição de importações após a mudança do regime cambial.

TABELA 5

Índices de Preço e Quantum das Importações por Categoria de Uso

Base: média = 100

Período	Importações Totais		Categorias de Uso										43
			Bens de Capital		Intermediários		BC duráveis		BC não duráveis		Combustíveis		
	Preço	Quant.	Preço	Quant.	Preço	Quant.	Preço	Quant.	Preço	Quant.	Preço	Quant.	
1996	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
1999	90,4	102,1	92,8	104,5	87,9	112,9	97,5	70,7	96,2	83,8	85,2	87,4	
2000	90,6	115,4	86,3	107,8	82,3	140,5	92,3	74,6	86,1	84,6	147,8	80,1	
2001	87,7	118,9	83,5	125,0	81,1	140,1	96,1	76,0	80,2	83,0	131,6	82,7	
2002	84,8	104,4	81,3	102,4	79,5	124,0	88,6	51,2	74,4	81,6	123,4	77,7	
2003	90,0	100,5	81,3	84,5	83,6	128,7	91,8	42,1	76,7	78,7	149,9	66,6	

Fonte: Funcex

Entre 1999 e 2003, tanto o preço quanto o *quantum* das importações totais registraram queda nos índices de 0,4% e 1,6% respectivamente. Em relação ao índice de preço, este oscilou durante este período. Já em *quantum* pode-se distinguir dois momentos: o primeiro momento que vai de 1999 a 2001, onde se verifica um aumento no *quantum* (8,5% em termos médios) e o segundo momento acontece nos dois anos seguintes, onde o índice de *quantum* caiu (1,5% em média), diminuindo um pouco o ganho verificado antes.

Na análise por categorias de uso e nos índices de *quantum*, com a exceção dos intermediários onde o *quantum* teve um crescimento de 14,0% entre 1999 e 2003, todas as outras categorias de uso registraram-se quedas no *quantum* importado. Entre quatro categorias com queda, a que apresentou maior queda no *quantum* foi o setor dos bens de consumo duráveis com 40,5%, seguida dos combustíveis ao se registrar 23,8%, bens de capital com 19,1% e, finalmente, os bens de consumo não duráveis com 6,1%.

Convém observar em particular, o desempenho do índice de *quantum* dos bens de consumo duráveis, bens de capital e combustível. Pois, nessas categorias as quedas se efetivaram com maior intensidade nos dois últimos anos (2002 e 2003). Em 2002, o índice de *quantum* dos bens de consumo duráveis recuou 32,6% em relação ao ano de 2001, liderando trajetória descendente do *quantum* importado em 2002, seguido de bens de capital com 18,1% e, finalmente, os combustíveis ao registrarem um recuo de 6,0%. Já em 2003, estes setores apresentaram quedas no *quantum* importado, em relação a 2002 de (17,8%), (17,5%) e (14,3%) respectivamente.

Após essa análise do desempenho do índice de *quantum* importado por categoria de uso, conclui-se que alguns setores apresentaram fortes quedas no *quantum* importado, principalmente em bens de consumo, bens de capital e combustíveis. Em alguns setores essa queda é o reflexo do baixo nível da atividade econômica. O gráfico a seguir ilustra a análise do *quantum* importado feito acima.

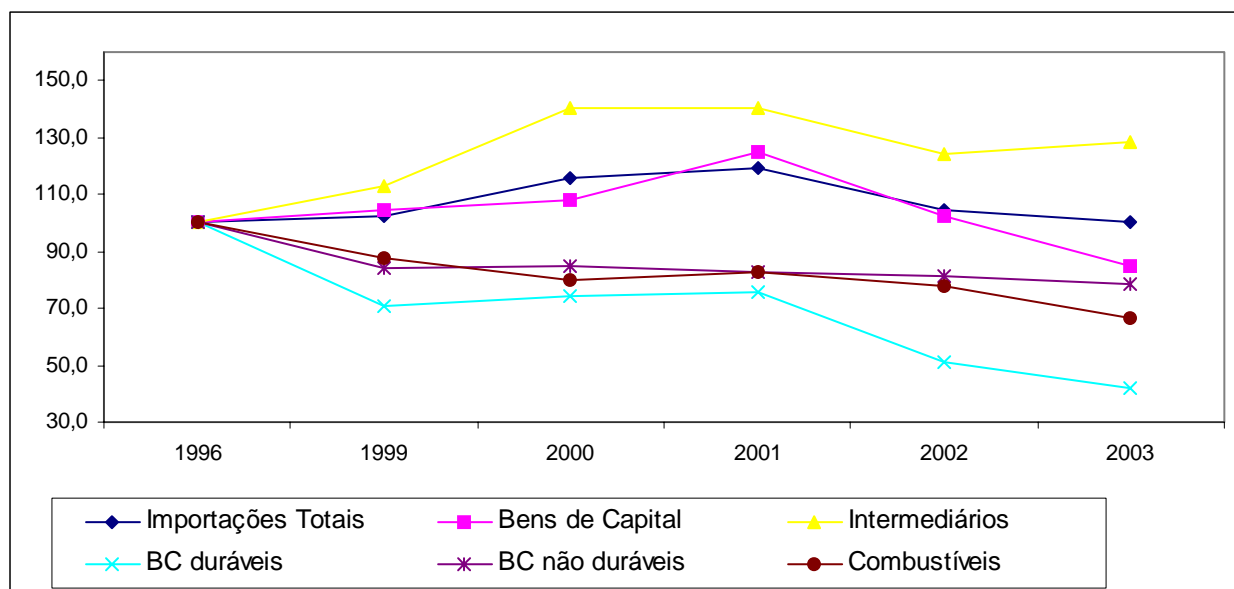


Gráfico 7 – Quantum das Importações Totais por Categoria de Uso

Fonte: Funcex

Já em relação ao índice de preços, este declinou praticamente de 1999 a 2002. Em 2003 o índice de preços volta a crescer, atingindo um aumento de 6,1% em relação a 2002. Entre as categorias de uso (ver a ilustração gráfica a seguir), o segmento de combustíveis foi o único a registrar taxa positiva entre 1999 e 2003 (75,9%), no índice de preços. Nas demais categorias, como nos casos de bens de consumo não duráveis, bens de capital, bens de consumo duráveis e intermediários registraram-se queda dos preços entre 1999 e 2003 de, respectivamente (-20,3%), (-12,4%), (-5,8%) e (-4,9%).

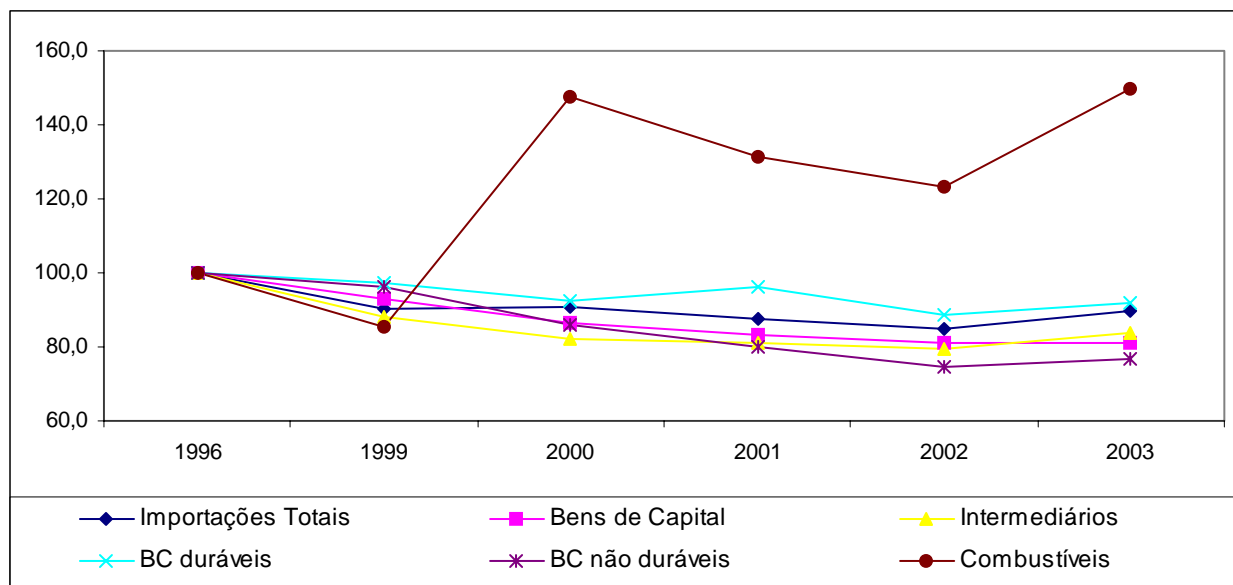


Gráfico 8 – Preço das Importações Totais por Categoria de Uso

Fonte: Funcex

Após analisar os índices de preço e *quantum* das exportações e importações a partir da mudança do regime cambial (1999/2003), cabe agora através da tabela a seguir analisar o comportamento da produção física industrial, série anual, durante o mesmo período, e fazer uma relação com os dados do *quantum* de importação para constatar se houve indícios de substituição de importações. A análise é feita com base nos dados utilizados pelo IBGE e Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior (FUNCEX).

TABELA 6

Produção Física Industrial (Base: últimos 12 meses anteriores = 100)

Anos	Total da Indústria	Categorias de Uso				
		B. de Capital	B. Intermediários	B. de Consumo	BC Duráveis	Semid. e não Duráveis
1999	121,18	90,90	101,86	97,16	90,71	98,77
2000	129,23	113,06	106,82	103,51	120,79	99,55
2001	131,26	113,46	99,86	101,15	99,39	101,64
2002	134,48	94,20	104,19	101,54	104,73	101,12
2003	134,87	102,16	101,86	97,22	102,96	96,00

Fonte: IBGE

A produção industrial brasileira com exceção de 1999, quando houve retração de 0,7%, apresentou desempenho positivo nos anos seguintes, porém, muito distinto. A expansão maior entre 1999 e 2003 foi observada em 2000, ao se registrar 6,6%. Após esse bom desempenho,

no ano de 2001 a produção industrial apresentou uma taxa de crescimento de 1,6%, verificando um decréscimo (variação de 5%) no confronto com o ano de 2000. No ano de 2002, a produção industrial volta a registrar crescimento de 2,5%, dando assim, seqüência às taxas positivas. Finalmente, em 2003, a produção industrial registrou um pequeno crescimento (0,3%), marcando assim, a taxa mais baixa verificada após a mudança cambial em 1999. É importante frisar que, tendo em conta o índice global, a produção industrial brasileira cresceu 11,3% entre 1999 e 2003.

Nos índices por categorias de uso, o resultado negativo no índice geral em 1999 (-0,7%) foi influenciado pelo desempenho negativo em quase todas as categorias, em relação ao ano anterior (1998). Os maiores impactos negativos sobre o índice geral vieram de bens de consumo duráveis (-9,3%), bens de capital (-9,1%), seguido de bens de consumo (-2,8%) e, finalmente, dos semiduráveis e não duráveis (-1,2%). O desempenho positivo apareceu somente no segmento dos bens intermediários (1,9%).

Entre 1999 e 2003, a categoria de uso que sustentou o maior ritmo de crescimento foi o de bens de consumo duráveis (13,5%). Tendo em conta a relação de um ano para outro, a produção dos bens de consumo duráveis teve o seu pico máximo de crescimento em 2000 (33,2%). A partir de 2000, a produção dos bens de consumo duráveis oscilou entre um ano e outro, registrando no ano de 2001 queda (-17,7%) em relação ao ano de 2000 e voltando a crescer em 2002 (5,4%). Em 2003, o setor voltou a registrar queda na produção (-1,7%).

A segunda maior taxa de crescimento verificada no mesmo período (1999-2003) foi apresentada pelo segmento de bens de capital com crescimento de 12,4%. Nota-se o bom desempenho no ano 2000 (24,4%) em relação a 1999, e em seguida a taxa de crescimento manteve-se quase estável (0,4%). Em 2002 a produção de bens de capital declinou em 17% em relação a 2001, e finalmente, em 2003 a produção dos bens de capital voltou a crescer (8,4%) em relação a 2002. No setor dos bens de consumo houve um ligeiro crescimento (0,1%) entre 1999 e 2003. Já no setor de semiduráveis e não duráveis a taxa de crescimento entre o mesmo período foi negativa (-2,8%). O impacto maior (-5,1%) aconteceu no ano de 2003 em relação a 2002. Finalmente, os bens intermediários tiveram entre 1999 e 2003 uma taxa nula (0%). Os dados do gráfico a seguir ilustram os comentários acima.

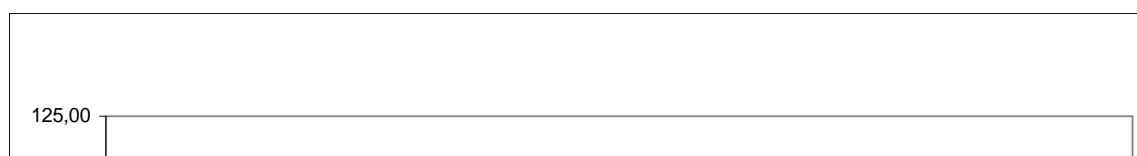


Gráfico 9 – Produção Industrial por Categoria de Uso (1999/2003)

Fonte: IBGE

Ao fazer uma relação entre os dados da produção física industrial com o *quantum* importado pode-se chegar a algumas conclusões. Entretanto, para se fazer isso é importante analisarmos a trajetória da relação *quantum* importado/produção industrial no período pós-desvalorização cambial (1999/2003). Salienta-se que a análise da trajetória do *quantum* importado é feita sobre 29 setores consideradas chave na dinâmica das importações brasileiras (ver tabela 7 a seguir).

TABELA 7

ÍNDICES DE QUANTUM DAS IMPORTAÇÕES POR SETORES

Setores	Anual				
	1999	2000	2001	2002	2003
Agropecuária	61,3	65,9	54,4	54,0	60,7
Extrativa mineral	118,6	120,7	124,7	119,4	120,2
Petróleo e carvão	77,2	67,3	74,5	76,0	73,8
Minerais não metálicos	82,0	100,0	121,4	77,9	88,1
Siderurgia	109,7	151,2	169,1	139,7	139,8
Metalurgia não ferrosos	128,2	140,8	150,1	127,6	138,5
Outros produtos metalúrgicos	116,6	132,7	146,1	148,8	145,1
Máquinas e tratores	98,2	98,7	118,6	101,7	88,7
Material elétrico	127,7	144,7	202,2	163,1	136,0
Equipamentos eletrônicos	106,9	151,3	140,9	101,3	105,4
Veículos automotores	86,6	95,2	97,3	57,1	46,3
Peças e outros veículos	123,9	148,1	141,1	121,1	118,5
Madeira e mobiliário	90,2	105,4	97,4	82,3	75,2
Celulose, papel e gráfica	74,1	78,1	65,2	56,8	48,1
Borracha	112,8	145,0	147,0	153,3	156,6
Elementos químicos	113,3	121,7	131,8	122,7	130,7
Ref. de petróleo e petroquímicos	109,9	120,1	117,3	108,8	93,7
Refino de petróleo	117,0	115,1	110,5	95,0	72,4
Petroquímicos	103,9	130,5	130,9	133,0	130,1
Químicos diversos	131,9	161,8	162,9	165,1	199,9
Farmacêutica	149,0	171,5	200,2	200,4	198,2
Plástica	91,4	96,1	92,1	84,5	89,1
Têxtil	64,9	78,2	53,6	47,8	49,8
Artigos de vestuário	45,1	47,2	49,2	37,0	36,1
Calçados, couros e peles	62,6	77,4	75,0	57,1	60,9
Benef. de produtos vegetais	178,9	185,8	175,2	162,6	166,5
Abate animais	59,1	76,8	56,4	73,9	75,3
Laticínios	107,7	84,5	37,8	65,6	26,5
Óleos vegetais	90,1	94,1	85,2	101,5	79,8
Outros produtos alimentares	73,3	75,0	73,6	69,0	67,6
Indústrias diversas	91,2	113,8	118,9	110,2	100,2

Fonte: Funcex

Da análise feita, constatou-se que existem alguns setores em que o país apresenta uma certa dependência de insumos importados, indicando assim, que mesmo num cenário de recuperação da atividade econômica doméstica e na presença de uma taxa de câmbio desvalorizada, o *quantum* importado desses setores tende a crescer, e, por conseguinte, maior é a dificuldade em processar substituição de importação. São casos de setores como o farmacêutico, material elétrico, químicos diversos, petroquímicos, beneficiamento de produtos vegetais, metalurgia de não ferrosos, outros produtos metalúrgicos, etc. É de mencionar que nesses setores o declínio da produção industrial é mais acentuado. Por outro lado, os dados evidenciam também setores menos dependentes de importações, aonde o *quantum* das importações vem declinando, indicando um processo de substituição de

importações. Temos como exemplo os setores de veículos automotores; celulose, papel e gráfica; refino de petróleo; têxtil; artigos de vestuário; outros produtos alimentares; etc.

Convém observar ainda a trajetória do *quantum* importado de dois setores, peças e outros veículos e madeira e mobiliário, pois, entre 2000 e 2003, os índices desses setores declinaram. No primeiro setor, tomando em conta a variação de um ano para outro, o *quantum* caiu em 2000/2001 (-7,6%), 2001/2002 (-15,5%) e 2002/2003 (-8,6%). No segundo setor, o *quantum* declinou nos mesmos anos, mas com variação percentual diferente (-4,7% em 2000/2001, -14,2% em 2001/2002 e -2,1% em 2002/2003). Os dados sugerem que houve um desvio da demanda de importados para componentes produzidos domesticamente, indicando desta forma que pode estar ocorrendo uma substituição de importações.

Um outro setor que merece destaque é o de refino de petróleo, por ser o único a registrar queda no índice de *quantum* sem interrupção. Ao contrário da maioria dos setores, onde um recuo das cotações do dólar em termos reais faz com que as quantidades importadas voltassem a ocupar espaço, o setor de refino de petróleo vem diminuindo a quantidade importada. Neste caso, pode-se concluir que está havendo uma substituição de importações de uma forma consistente e permanente, não só pelo efeito câmbio, mas, sobretudo pela expansão da produção da Petrobrás.

4.3.3 Coeficientes de Penetração de Importações

Desde 1990, quando o processo de liberalização comercial se aprofundou, que o Brasil vem enfrentando um processo de mudança estrutural da relação de seu sistema econômico com o

exterior. É nesse sentido que a Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior (FUNCEX), utiliza esse indicador como sendo um medidor do grau de integração comercial do país com o exterior, para depois comparar a evolução das exportações e importações com o desempenho da produção industrial.

É com base nos estudos publicados pela FUNCEX, sobre os coeficientes de penetração de importações (divisão do valor importado pelo consumo aparente doméstico) que esse trabalho monográfico pretende analisar a evolução dos coeficientes no período entre 1994 a 2002⁶, para confirmar se houve ou não um processo generalizado de substituição de importações, principalmente a partir de 1999.

A tabela a seguir apresenta a evolução do coeficiente de penetração de importações no período entre 1990 a 2001. Baseado no último trabalho elaborado pela Funcex, a análise dos dados será feita tendo em conta os diversos setores industriais em três períodos distintos. Os dados estão apresentados da seguinte forma: num primeiro momento, a média do período 1990-93, que se assemelha mais com a da década de 80, por apresentar baixos coeficientes de penetração de importações e também uma taxa de câmbio real elevada. Em seguida, a média do período 1994-98, caracterizada por forte crescimento das importações e exportações pouco dinâmicas, influenciada por uma taxa de câmbio real valorizada. Finalmente, apresenta-se a média do período 1999-2001, na qual a flutuação cambial iniciada em 1999 e seus respectivos efeitos são marcos importantes.

Na análise, a Funcex seleciona 20 setores industriais, deixando de fora os nove setores que possuíam baixos níveis de importações (café, açúcar, óleos vegetais, siderurgia, abate de animais, madeira e mobiliário, outros produtos alimentares, artigos de vestuário, e beneficiamento de produtos vegetais). Com o propósito de melhor analisar, os 20 setores estão apresentados em dois grupos: coeficientes acima de 20% em 1999-2001 e coeficientes próximos à média da indústria no mesmo período. Segundo a Funcex, quando o coeficiente de penetração de importações é utilizado como indicador do grau de substituição de importações

⁶ Nos estudos publicados pela Funcex só existem dados até os dois primeiros trimestres de 2002. Porém, o intervalo parece suficiente para identificar alguns fatos relevantes, especificamente se levarmos em conta que nesse período houve uma mudança importante de regime cambial – a desvalorização que se iniciou em 1999.

na economia, uma redução do coeficiente significa substituição de produtos importados por nacionais no consumo doméstico.

TABELA 8

Coeficientes de penetração de importações - setores e períodos selecionados (%)					
Setores	Médias anuais				
	90 - 93 (a)	94 - 98 (b)	99 - 2001 (c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Coeficientes elevados em 99 - 2001					
Equipamentos eletrônicos	19,6	31,1	60,5	59,2	94,3
Peças e outros veículos	13,3	20,0	37,6	50,5	87,6
Extrativa mineral	13,0	11,9	21,8	-8,8	83,1
Material elétrico	10,7	17,5	28,7	63,5	64,1
Farmacêutica e perfumaria	8,9	14,1	21,9	58,8	55,6
Indústrias diversas	16,2	25,4	31,3	56,7	23,2
Máquinas e tratores	12,8	21,9	24,4	71,2	11,5
Petróleo e carvão	42,4	38,3	23,2	-9,7	-39,4
Coeficientes próximos à média da Indústria em 99 - 2001					
Calçados, couros e peles	5,9	9,3	16,0	57,4	71,8
Plástica	2,7	6,3	9,6	131,4	52,9
Químicos diversos	6,7	10,3	15,1	52,7	46,6
Outros produtos metalúrgicos	1,7	4,1	5,7	149,0	38,5
Metalurgia não ferrosos	8,0	11,0	14,5	37,5	32,4
Borracha	5,4	10,2	13,4	89,3	31,3
Refino de petróleo e petroquímicos	5,5	9,5	11,3	72,7	18,8
Elementos químicos	11,8	14,8	17,2	25,3	16,6
Veículos automotores	4,3	14,8	15,6	248,5	5,4
Têxtil	4,3	9,9	10,3	129,1	4,6
Laticínios	2,6	5,5	5,7	107,8	4,3
Celulose, papel e gráfica	2,6	5,9	5,8	124,5	-1,0
Total da Indústria	7,0	10,8	14,2	54,4	31,8

Fonte: Funcex

Os dados mostram que, com a exceção do setor petróleo e carvão, onde o coeficiente de penetração de importações reduziu-se de 38,3 para 23,2, e celulose, papel e gráfica, onde o coeficiente permanece praticamente estável passando de 5,9 para 5,8, nos demais setores os coeficientes registraram crescimento em vários casos muito acentuado entre os períodos 1994-1998 e 1999-2001. Analisando os coeficientes mais elevados em 1999-2001, parte superior da tabela, destaca-se o crescimento acelerado dos coeficientes nos setores de equipamentos eletrônicos, peças e outros veículos e extrativa mineral. Os valores quase que dobraram na comparação entre 1994-1998 e 1999-2001.

Destacando a segunda parte da tabela, onde estão selecionados os 12 setores que possuem coeficientes próximos à média da indústria em 1999-2001, é possível notar o forte crescimento do coeficiente desde o início da década em quase todos os casos, em muitos mais que dobrando o valor do coeficiente. São os setores, por exemplo, de veículos automotores, plástica, calçados, couros e peles e têxtil. É de realçar que estes aumentos do coeficiente, em muitos dos casos são influenciados por questões estruturais. Em outros, o aumento pode ser provocado por questões conjunturais, devendo-se muitas vezes à desvalorização do câmbio ou à retração da produção doméstica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho procurou-se analisar a evolução do saldo comercial desde a implementação do Plano Real até o ano de 2003, de modo a averiguar evidências de substituição de importações. Entretanto, achou-se importante analisar a trajetória do saldo comercial durante a década de oitenta, para termos a situação do perfil do comércio exterior brasileiro antes da implementação do Plano Real, e entendermos melhor o impacto que a implementação do Plano Real e as políticas adotadas causaram em termos do comportamento da balança comercial.

Nos anos oitenta, a crise da dívida externa levou o governo a adotar uma política de elevação dos coeficientes de exportação da indústria e da economia como um todo, e as importações foram mantidas em baixos patamares. Para tanto, as taxas reais de câmbio e o acionamento da estrutura de proteção comercial se constituíram nos instrumentos essenciais. Como consequência dessa política temos grandes superávits (ver tabela 1) na conta do comércio, que perduram até último trimestre de 1994.

A partir de 1990, tem início o processo de abertura da economia brasileira, e o momento foi de forte ascensão do coeficiente de importações, a partir da liberalização comercial e financeira visando permitir a entrada dos fluxos de capital que se dirigiam à América Latina. É de salientar, que mesmo com uma moeda valorizada e a abertura comercial em curso, os saldos comerciais positivos persistiram durante a primeira metade dos anos 90. A partir de 1995, houve um aumento expressivo das importações (de US\$ 33.079 milhões para US\$ 49.972 milhões, ou seja, uma variação de 51,1%), contribuindo para reversão do saldo comercial – de um superávit de US\$ 10.466 milhões passou-se para um déficit de US\$ -3.466 milhões (variação de – 66,9%).

É importante observar que o aumento do grau de abertura da economia brasileira se efetivou inicialmente muito mais pelo lado das importações do que pelo lado das exportações. Isso fica claro se analisarmos as variações anuais na primeira metade da década de 90, pois as variações em importações sempre superaram as exportações, com a exceção de 1992. Entretanto, isso ficou mais visível, principalmente, com a implementação do Plano Real, quando a abertura ganha fôlego novo.

Como visto antes, a reversão acentuada no comportamento da balança comercial, através de saldo negativo a partir de 1995 e que perdura até 2000, deixou claro que a estratégia adotada com a implementação do Plano Real provocou mudanças significativas no comércio exterior, dando-lhe um perfil deficitário. No entanto, a partir de 1999, com a mudança da política cambial os déficits na balança comercial começaram a encolher, atingindo o menor valor em 2000 (US\$ 698 milhões). Aproveitando o bom desempenho das exportações, que responderam intensamente às desvalorizações verificadas, a balança comercial voltou a apresentar resultados positivos a partir de 2001 (US\$ 2.649 milhões), continuando com um comportamento ascendente, atingindo US\$ 24.824 milhões em 2003.

Depois de tudo que foi analisado sobre os desempenhos dos índices de preços e *quantum* das exportações e importações, e bem como o comportamento da produção física industrial, no intuito de confirmar a hipótese de um processo efetivo e consistente de substituição de importações, pode-se concluir que embora a desvalorização cambial ocorrida no início de 1999 tenha causado uma redução das importações (-14,7%), esse efeito foi limitado, de forma que, por exemplo, em 2000, com o reaquecimento da economia as importações voltaram a crescer substancialmente. Ao analisar os dados da produção física industrial por categoria de uso e fazendo uma relação com o *quantum* das importações por setores, nota-se que, em alguns segmentos, a mudança de preços relativos advindos da desvalorização cambial foi suficiente para impulsionar a produção doméstica e incentivar uma rápida substituição de importações⁷, porém somente no setor de refino de petróleo é que se constatou um processo consistente de substituição de importações. Entretanto, outros segmentos, que constituem a maioria, especialmente em bens intermediários (como material elétrico, resinas e artigos plásticos, componentes para aviões, informática e eletrônica de consumo, telecomunicações e produtos farmacêuticos), onde a indústria doméstica possui uma certa dependência externa, continuam insensíveis à desvalorização cambial. Nesses casos, uma recuperação da economia significa um estímulo ao aumento da importação nesses setores, a despeito da desvalorização da moeda.

Dos dados analisados sobre os coeficientes de penetração de importações e considerando que uma redução do coeficiente indica substituição de produtos importados por nacionais no consumo doméstico, pode-se concluir que o movimento recente do coeficiente, principalmente a partir da desvalorização de 1999, não confirma a hipótese de uma substituição generalizada de produtos importados por nacionais. Dos setores selecionados, apenas um setor importante registrou algum movimento mais consistente de substituição. Trata-se do setor de petróleo, refletindo assim a expansão da produção da Petrobrás.

⁷ Substituição de Importações é entendida como a produção interna de um bem cuja demanda era satisfeita pelo mercado externo. Portanto, não se deve confundir com a redução temporária de compras.

REFERÊNCIAS

- AVERBUG, André. Abertura e integração brasileira na década de 90. In: GIAMBIAGI, F., MOREIRA, M. M. (orgs). *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.
- BAUMANN, R.; NEVES, L. F. C. *Abertura, Barreiras Comerciais Externas e Desempenho Exportador Brasileiro*. Disponível em: www.cepal.org. Acesso em: 18 set. 2004.
- BAUMANN, R. e MUSSI, C. *Algunas Características de la Economía Brasileña desde la Adopción del Plan Real*. Disponível em: www.cepal.org. Acesso em: 18 set. 2004
- BLANCHARD, Oliver. *Macroeconomia: teoria e política econômica*. Trad. de Ricardo Injosa. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- CANUTO, Otaviano; HOLLAND, Márcio. *Flutuações Cambiais, Estratégias de Políticas Monetária e Metas de Inflação*. Uberlândia: IE/UFU, 2000. (Texto para Discussão, 04).
- CANUTO, Otaviano; HOLLAND, Márcio; XAVIER, Clésio L. Taxas de Câmbio, Elasticidade-Renda e Saldo Comercial na Economia Brasileira. *Revista Brasileira de Economia*, v. 52, n 2, p. 323-334, abr./jun. 1998.
- CARDOSO, Eliana A. *Economia Brasileira ao alcance de todos*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

CAVALCANTI, Marco A. F. H.; FRISCHTAK, Carlos R. *Crescimento Econômico, Balança Comercial e a Relação Câmbio – Investimento*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (Texto para Discussão, 821).

CNI-PEC – Confederação Nacional da Indústria-Unidade de Política Econômica. *Economia Brasileira: Desempenho e Perspectivas*. Brasília: CNI, 2003. (Especial do Informe Conjuntural). Disponível em www.cni.org.br. Acesso em: 24 out. 2004.

DAMASCENO, Aderbal Oliveira. Condicionantes do comportamento recente da balança comercial (1994-2000). *Conjuntura e Planejamento*, Salvador, nº 83, p. 16-22 abr./2001.

DAMASCENO, Aderbal Oliveira. *O Plano Real e o Comércio Exterior Brasileiro: Condicionantes do Comportamento Deficitário da Balança Comercial (1999-2000)*. 2002. 82 págs. Monografia (Graduação em Economia) Faculdade de Ciências Econômicas, UFBA, Salvador. 2002.

DORBUSH, Rudiger, et al. *Macroeconomia*. trad. Roberto Luís Troster. 5 ed. São Paulo: Makron, McGraw-Hill, 1991.

FILGUEIRAS, Luiz Antônio Mattos. *História do Plano Real*. Salvador: Boitempo, 2000.

FUNCEX – Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior. *Boletim Funcex de Comércio Exterior*. Disponível em www.funcex.com.br. Acesso em: 07 jun. 2004.

GUERRA, O. Três Anos de Real e o Desafio Exportador. *Conjuntura e Planejamento*, Salvador, nº 39, p.3-8, ago.1997.

IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. *Dez Perguntas (e Respostas) Sobre a Abertura e a Política de Comércio Exterior*. São Paulo: IEDI, 2001.

IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. *A Balança Comercial de Bens Industriais Após a Mudança de Política Cambial de 1999*. São Paulo: IEDI, 2002a.

IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. *As Importações no Período 1995/2002*. São Paulo: IEDI, 2002b

IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. *O Ajuste Brasileiro e a Vulnerabilidade Externa*. São Paulo: IEDI, 2002c.

IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. *O Papel da Substituição de Importações no Ajuste Externo Brasileiro*. São Paulo: IEDI, 2002d.

IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. *As Exportações Brasileiras em 2003*. São Paulo: IEDI, 2003.

KENEN, Peter B. *Economia Internacional: teoria e política*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, M. *Economia Internacional: teoria e política*. São Paulo: Makron Books, 1999.

MIRANDA, José Carlos da Rocha. *Abertura Comercial, Reestruturação Industrial e Exportação Brasileiras na Década de 1990*. Brasília: IPEA, 2001. (Texto para Discussão, 829).

MOREIRA, M.M. ; CORREA, P.G. *Abertura comercial e indústria: o que se pode esperar e o que se vem obtendo*. Rio de Janeiro: BNDES, 1996. (Texto para Discussão, 49)

OLIVEIRA JR., Márcio de. *A Liberalização Comercial Brasileira e os Coeficientes de Importação – 1990/95*. Rio Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, 703).

SACHSIDA, Adolfo; TEIXEIRA, Joanílio Rodolpho. *Impactos de Desvalorização Cambial Sobre a Conta Corrente no Brasil*. Brasília: IPEA, 1999. (Texto para Discussão, 660).

SILVA, Aristides. *Economia Internacional: uma introdução*. São Paulo: Atlas, 1985.